

vida pastoral

janeiro-fevereiro de 2023 – ano 64 – número 349



SÍNODO GERAL

PARA UMA IGREJA SINODAL:
comunhão, participação e missão

PAULUS: EVANGELIZAÇÃO E FORMAÇÃO

CURSOS, PALESTRAS, OFICINAS, RETIROS

A PAULUS disponibiliza consultores para ministrar formações aos diversos grupos da Igreja e da sociedade que adotam seus livros ou assinam seus periódicos litúrgicos. Formações para o clero, para religiosos(as), catequistas, equipes de liturgia e outros agentes de pastoral, em unidade com o magistério da Igreja e as orientações da CNBB. Conheça alguns palestrantes:



Altirez Sebastião dos Santos

É doutor e mestre em Ciências da Religião, com formação nas áreas de Filosofia, História e Teologia, especialização em Catequese e Docência do Ensino Superior. É membro da Sociedade Brasileira de Catequistas e autor de vários livros pela PAULUS Editora. Tem trabalhado com uma diversidade de temas, dentre os quais destacamos:

- A origem da Bíblia: introdução à Sagrada Escritura;
- Didática e metodologia para catequistas;
- Iniciação à vida cristã e processo catecumenal sem segredos;
- Psicopedagogia catequética: um conhecimento indispensável;
- Documentos da Igreja: conhecer para evangelizar.



Padre Deivid Tavares

É religioso paulino, com graduação em Filosofia e Teologia e mestrado em Teologia, com concentração na área de liturgia, pela PUC-SP. É músico e compositor, responsável pela agenda Dia a dia com a catequese. Publicou pela PAULUS o livro *"40 dias com Jesus mestre"* e o álbum musical *"A Palavra se fez carne"*. Cursos e oficinas que ministra:

- Ministro extraordinário da sagrada comunhão – espiritualidade e missão;
- A música na liturgia – cantando a celebração eucarística;
- Catequese e liturgia: duas formas de apreensão da realidade do mistério de Cristo;
- Planejamento catequético;
- Recriando na catequese – dinâmicas de integração para encontros na catequese;
- A música na catequese.

Os custos de deslocamento e hospedagem são combinados com os gerentes das livrarias, com os vendedores ou com os responsáveis pelo setor de apostolado.

Informações: eventos@paulus.com.br

Tel.: (11)5087-3630

WhatsApp: (11) 99974-9086



Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

Certa vez, dona Graça me perguntou ao final da missa:

– *Padre, quem é esse Sínodo de que falam tanto e em toda celebração tem prece para ele?*

A palavra “sínodo” saiu com certo esforço e faltando letras e sílabas. Tentei explicar que não se tratava do nome de uma pessoa e que “sínodo” quer significar uma comunidade toda que caminha junta, unida. Ela me olhou com olhar interessado. Para resumir e não me alongar, afirmei que o sínodo não era novidade, mas existia desde os inícios da Igreja.

– *Sínodo é como era nas Santas Missões?* – perguntou-me de olhos fitos.

– *Como eram as Santas Missões?* – provoquei.

– *Ah, padre, naquele tempo em que acolhíamos missionários das outras comunidades e todos nos sentíamos missionários, a gente se reunia, combinava tudo, meditávamos a Palavra de Deus, celebrávamos a Eucaristia, nos organizávamos em grupos, fazíamos visitas, benzíamos as casas e os doentes. Padre, era uma semana intensa, com programação de atividades bem definida. Cedinho realizávamos procissões e, ao final, partilhávamos o café da manhã, rico em variedades, porque cada família trazia um prato; era uma fartura só, tudo era tão bonito e alegre.*

– *Pronto, dona Graça, é isso mesmo. Sínodo é parecido com as santas missões. A senhora tem toda razão.*

Dona Graça sorriu feito aluno que ganha nota dez na prova.

Como se aproximava o horário do almoço, trocamos mais algumas palavras e nos despedimos. Pensei comigo: dona Graça, sem pretensão alguma, traduziu a Igreja do papa Francisco. Uma Igreja em saída, missionária. “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (EG 49).

Tão bonito quando dona Graça expressa a alegria do encontro para planejar e viver a missão. O café partilhado é expressão da generosidade dos corações agradecidos. Faz-me

recordar a infância nas Santas Missões, quando o povo simples entoava, festivamente e com todo fôlego, o refrão deste bendito: “Só nas Santas Missões nós temos uma festa bonita assim, um começo de lá do céu, onde a festa não tem mais fim”.

Alguém poderia dizer que isso é saudosismo. Dona Graça certamente diria que isso é sínodo.

Uma Igreja unida, festiva, preocupada com a casa, com a família, com a igreja doméstica. Benzer as casas e os doentes é expressão da graça de Deus. Tudo isso é a marca de uma Igreja simples, com os simples.

Uma Igreja que valoriza seus ritos e símbolos, sem apego às pompas, aos “panos”, nem às “rendas”. Uma Igreja que se aproxima dos fragilizados, dos pobres, dos pecadores. Uma Igreja próxima, impregnada de compaixão. “Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos” (EG 49).

Na fala de dona Graça, o clericalismo desaparece. Há, na verdade, uma comunidade viva e, nas entrelinhas, a compreensão de que todos os seus membros estão a serviço da alegria do Reino de Deus. A hierarquia não deveria ser outra coisa, senão a expressão da organização dos serviços e ministérios. O que se evidencia nas palavras de dona Graça é um caminho feito junto, e o resultado é a convergência, o colorido da colaboração de todos.

Dona Graça, de modo simples e conciso, expressou o que a Igreja deve ser: o céu no “já” da história, enquanto peregrinamos para o “ainda não”.

Desejamos que este número de *Vida Pastoral* nos ajude a viver a Igreja sonhada por dona Graça.

Boa leitura!

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Editor

vida pastoral

Revista bimestral para sacerdotes
e agentes de pastoral

Ano 64 - Nº 349
Janeiro-Fevereiro de 2023



© PAULUS – 2023
Pia Sociedade de São Paulo
Rua Francisco Cruz, 199
04117-091 – São Paulo - SP
paulus.com.br
ISSN – 0507-7184

Jornalista responsável
D. Valdir José de Castro, ssp

Direção editorial
Darlei Zanon, ssp

Editor
Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Redação
vidapastoral@paulus.com.br

Conselho editorial
Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Pe. Darci Luiz Marin, ssp
Pe. Paulo Sérgio Bazaglia, ssp
Darlei Zanon, ssp

Imagens
Romolo Picoli Ronchetti

Imagem da capa
Romolo Picoli Ronchetti

Diagramação
Philippe Silva Ribeiro dos Santos

Revisão
Alexandre Soares Santana
Tiago José Risi Leme

Impressão - PAULUS

Versão digital
vidapastoral.com.br



Periódico de divulgação científica.
Área:
Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

Sumário

SINODALIDADE E ESTRUTURA ECLESIAL:
CONTRIBUIÇÕES PARA O SÍNODO GERAL 2023..... 4
Observatório Eclesial Brasil

POR UMA IGREJA SINODAL:
REFLEXÃO PASTORAL..... 16
Orani João Tempesta, O. Cist.

A QUERIDA AMAZÔNIA NAVEGANDO
PARA A IGREJA SINODAL..... 24
Vidal Enrique Becerril

CAMINHO SINODAL NA IGREJA DO BRASIL:
UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA NAS CEBs..... 36
Manoel José de Godoy

ROTEIROS HOMILÉTICOS 45
Ivonil Parraz

Assinaturas

- Distribuição gratuita nas Livrarias PAULUS (1 exemplar por pessoa);
- Envio gratuito para as paróquias que fizerem o cadastro, a ser renovado anualmente (1 exemplar de cada edição por paróquia);
- Para receber em casa, basta fazer uma contribuição de 20 reais.
- O acesso ao site continua inteiramente gratuito: vidapastoral.com.br

Para contato:

paulus.com.br/loja
☎ (11) 3789-4000 | 0800 016 40 11
☎ (11) 99974-1840
✉ assinaturas@paulus.com.br
f @ @ @editorapaulus



Aponte a
câmera do
seu celular e
saiba mais!

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44, 45, 78, 79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de Setembro, 61 – Campina
(91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I
Edifício Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasil@paulus.com.br

CAMPINA GRANDE – PB

Rua Afonso Campos, 233 – Centro
(83) 3182-0659 / 99956-0020
campinagrande@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

COTIA – RAPOSO TAVARES

Av. das Acácias, 58 – Jd. da Glória
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

GUARAPUAVA – PR

Rua XV de Novembro, 7466 - Lj. 1
(42) 9926-0224
guarapuava@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joaopeessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MACEIÓ – AL

Rua Barão de Alagoas, 32 – Centro
(82) 3142-0544
maceio@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21 – Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75 – Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 / 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

TERESINA – PI

Rua Rui Barbosa, 45 – Centro
teresina@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br

*O presente texto foi pensado no conjunto das reuniões do Observatório Eclesial Brasil (OEBrasil) e sistematizado por Alzirinha Souza (PUC-Minas e Itesp) e Edécio Ottaviani (PUC-SP), com base nas contribuições dadas, em textos previamente apresentados, a cada nível eclesial, como se segue. Nível das comunidades: Celso Carias (PUC-RJ), Medoro de Oliveira Neto (ITF-Petrópolis) e Reuberson Rodrigues Ferreira (doutorando na PUC-SP). Nível paroquial: Drance Elias da Silva (Unicap). Nível diocesano: Alzirinha Souza (PUC-Minas), Edécio Ottaviani (PUC-SP), Mariane Almeida (Faculdade Teológica de São José dos Campos) e Wagner Lopes Sanchez (PUC-SP). Nível universal: Antônio Sagrado Bogaz (Itesp), Fernando Altemeyer Júnior (PUC-SP), João Décio Passos (PUC-SP) e José Oscar Beozzo (Ceseep). O OEBrasil é constituído por teólogos e teólogas que têm por missão acompanhar os discursos, decisões e ações de reforma na Igreja realizados pelo papa Francisco, bem como sua reverberação e recepção nas Igrejas locais e no conjunto da sociedade. E-mail: wagnersanchez@uol.com.br



SINODALIDADE E ESTRUTURA ECLESIAL

Contribuições para o Sínodo Geral 2023

INTRODUÇÃO

No papado de Francisco, há dois temas preeminentes, intimamente vinculados, que buscam ressignificar as relações eclesiais: o clericalismo e a sinodalidade. A sinodalidade é posta em oposição ao clericalismo e proposta como alternativa concreta para a eliminação deste mediante o resgate da dimensão da constituição da vida comunitária, à luz da dinâmica exercitada por Jesus junto aos discípulos, a qual encontrou eco nas primeiras comunidades.

Nesse sentido, a sinodalidade, assumida como dimensão da vida da Igreja, depara-se com o desafio de ser traduzida nas práticas e estruturas eclesiais e eclesiásticas. O processo sinodal, inaugurado pelas reflexões realizadas nas assembleias eclesiais, deverá ter como resultado primeiro novas formas de participação eclesial, sob pena de reproduzir belas frases teológicas e terminar, com o passar do tempo, numa rotinização do novo. Esse é o desafio que se apresenta em todos os níveis da Igreja. Ele exige articular a esfera global, da Igreja universal, com a esfera local, das Igrejas particulares, sabendo da inseparabilidade de ambas na constituição da Igreja como um todo.

Ciente das dificuldades dessa empreitada, o Observatório Eclesial Brasil deseja contribuir com uma reflexão sobre a sinodalidade por meio deste texto, elaborado por seus participantes e enviado, como colaboração, à Secretaria do Sínodo dos Bispos de 2023.

O leitor perceberá que a reflexão apresentada, antes de ser estritamente acadêmica, é resultado dos debates realizados entre os participantes do observatório na perspectiva das distintas áreas da teologia e da atuação pastoral de cada um, guardando os seguintes critérios de estruturação: a consideração de quatro níveis de estrutura eclesial (comunidades eclesiais de base, paróquias, dioceses e Igreja universal); a apresentação de uma reflexão/argumentação inicial e de proposições julgadas estruturantes na construção de uma Igreja efetivamente sinodal.

Desse modo, é importante perceber que esses critérios são complementares e visam rever o conjunto de interlocuções dos diferentes níveis da estrutura eclesial. Em linhas gerais, podemos destacar, para as comunidades eclesiais de base, seu reconhecimento como unidades evangelizadoras que possuem características e ministérios próprios, a fim de considerá-las na estrutura eclesial tal como são; para o nível paroquial, a recuperação do espírito comunitário; para o nível diocesano, um largo investimento na reformulação dos processos de formação de todos os agentes eclesiais (cristã/os leigos/as, seminaristas, clero, bispos, religiosos/as); para o nível da Igreja universal, a urgente necessidade de rever o processo de nomeação dos bispos.

As ideias aqui contidas não pretendem “inventar a roda”, mas se inspiram nas experiências de sinodalidade realizadas na arquidiocese de Recife e Olinda, na arquidiocese de São Paulo e na prelazia de São Félix do Araguaia, durante os episcopados de dom Helder Camara, dom Paulo Evaristo Arns e dom Pedro Casaldáliga, respectivamente. Elas se configuraram, primeiramente, na criação, apoio e difusão das comunidades eclesiais de base, enquanto grupos inspirados nas primeiras comunidades (At 2,42-47; At 4,32-35), arquétipo da vida comunitária cristã; em segundo lugar, nas assembleias do Povo de Deus (São Félix do Araguaia), do Encontro de Irmãos (Olinda e Recife) e da Missão do Povo de Deus (São Paulo), cujas decisões eram vinculantes para o trabalho e para a caminhada pastoral ao longo dos anos; em terceiro lugar, na realização de projetos missionários – antecipando a “Igreja em saída” do papa Francisco – em que se destacava o protagonismo corresponsável dos agentes de pastoral (leigos e leigas, religiosas/os e representantes do clero) no anúncio do Evangelho e em ações de promoção humana (visita às famílias, projetos de alfabetização, cuidados com a saúde e lutas por saneamento básico em favor da população periférica).



“O processo sinodal, inaugurado pelas reflexões realizadas nas assembleias eclesiais, deverá ter como resultado primeiro novas formas de participação eclesial.”

Tudo isso era feito numa chave única, sem separação entre a dimensão espiritual e as necessidades concretas do povo. Saliente-se a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na prelazia de São Félix e na arquidiocese de Olinda e Recife; do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em São Félix; dos círculos bíblicos, das escolas de formação teológica para leigos e do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) na arquidiocese de São Paulo. É importante ainda frisar que, nesses projetos, as mulheres tinham papel de destaque não só na participação, mas também nos organismos de decisão.

1. AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs)

O tema do 16º Sínodo dos Bispos, convocado pelo papa Francisco para 2023, é “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”. Tal tema decorre do fato de o Concílio Vaticano II ter desencadeado uma caminhada eclesial marcada por forte entusiasmo evangelizador, que engajou incontável número de fiéis na missão na Igreja e na sociedade. Na América Latina, a sensibilidade evangélica pelos pobres redefiniu a Igreja como comunidade de discípulos a serviço do Reino. O processo de transformação do continente gerou uma pastoral e uma teologia da libertação. A Palavra de Deus, iluminando as realidades humanas, convocou os cristãos a um compromisso com a conversão dos corações, com crescente comunhão eclesial e com a mudança das estruturas sociais.

Um número expressivo de irmãos e irmãs foi fiel até o extremo do martírio, em vista de um mundo novo e renovado, que glorificasse o Senhor da história. Semelhante

engajamento não se deu a título simplesmente pessoal, uma vez que tais testemunhas estavam inseridas em inúmeras comunidades e pastorais. Estas, por sua vez, nasceram em torno da Palavra, da liturgia e na comunhão com seus pastores. Ao longo do processo, o Espírito suscitou nos empobrecidos a compreensão de que eles próprios eram sujeitos privilegiados da evangelização e da ação social. Essas comunidades foram, muito cedo, batizadas como comunidades eclesiais de base.

Uma das características fundamentais das CEBs era a autocompreensão de seus membros como novos ministros da Igreja para a construção do Reino, com um jeito novo de serem fiéis, que ultrapassava a simples participação passiva na vida e missão eclesial. Dessa nova dinâmica, surgiram mecanismos de comunhão e participação, possibilitando a corresponsabilidade de todos nas decisões comunitárias. As CEBs tornaram-se, assim, pouco a pouco, “comum-união” de cristãos leigos e leigas atuantes nos mais diferentes serviços, de ministros e ministras extraordinários, de religiosas, religiosos e ministros ordenados. Os serviços realizados com maior estabilidade e reconhecimento no interior da própria comunidade e na sociedade foram assumidos, na prática e na teologia, como verdadeiros ministérios. Nasceu, destarte, o que se convencionou chamar de uma “Igreja toda ela ministerial”. Cristãos e cristãs corresponsáveis na vida, na missão e nas decisões fizeram das CEBs um jeito novo de ser Igreja, provocando o reavivamento de uma dinâmica sinodal.

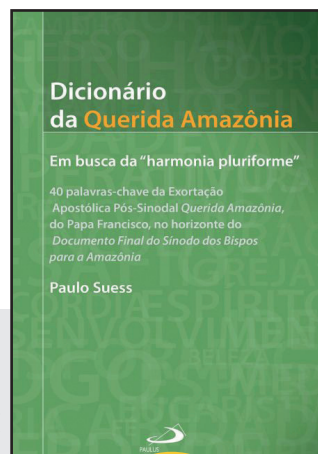
“Flor sem defesa” foi a metáfora usada pelo renomado biblista Carlos Mesters, no 1º Encontro Intereclesial de CEBs, em

Vitória-ES, no ano de 1975, para exprimir a beleza, a grandeza e, também, a fragilidade desse modo novo de ser Igreja-comunhão, a partir do povo e por obra do Espírito Santo. Passados mais de cinquenta anos, as “flores sem defesa” transformaram-se em frutos que alimentam a própria Igreja e a sociedade. Por meio delas, cresceu, como foi dito, uma variedade de novos ministérios e serviços, cuja existência permitiu perceber mais claramente a presença do Espírito, que se manifesta na real ação da Igreja na história. Esses ministérios e serviços são vistos como instrumentos do Espírito, sinais de antecipação do Reino de Deus, “galhos dando flores e frutos”. As flores traduzem a singeleza da comunhão nas diversas dimensões da vida, da missão e das decisões. Os frutos são os resultados da missão: o Reino atuante no mundo. E tudo tornado possível pela semente da Palavra de Deus, anunciada, acolhida e testemunhada pelos fiéis. Nas CEBs, flores sem defesa, cujo tronco é enraizado no mistério trinitário, a sinodalidade efetiva-se pela comunhão, participação e missão vividas por todos os discípulos. Essas flores sem defesa permanecem, entretanto, vulneráveis, tenras, frágeis e teimosas, dependentes do voluntarismo clerical, com novos ministérios e serviços carentes de legalidade no conjunto eclesial. Não poucas vezes, seus galhos são cruelmente decepados por motivações nem sempre evangélicas, por critérios frequentemente subjetivos e atitudes arrogantes e autoritárias.

A instabilidade causada pelo voluntarismo clerical e profundamente sentida pelos servidores e novos ministros acarreta, na verdade, prejuízos não só à pessoa do ministro, mas também ao conjunto da ação evangelizadora. Uma Igreja sinodal, inculturada no mundo dos pobres, sente-se ameaçada pelo risco da intolerância e pela prática da arbitrariedade. Essa realidade demanda uma reflexão permanente sobre a essência da sinodalidade, que legitima, legaliza e estabiliza o exercício dos

Dicionário da Querida Amazônia: em busca da “harmonia pluriforme”

Paulo Suess



161 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Este dicionário, com 40 palavras-chave, foi escrito para auxiliar todo o povo de Deus a saborear, estudar e divulgar, para a região amazônica e para o mundo, a proposta do Sínodo para a Amazônia.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

ministérios na ação evangelizadora. Concretamente, a ministerialidade emergente nas CEBs reivindica a sinodalidade, a participação de todos os cristãos também nas decisões da Igreja. Tudo isso não anula a especificidade e a autoridade próprias do ministério ordenado, que, alinhado a essa dinâmica, se configura como promotor da grande comunhão eclesial, favorecendo o despertar dos carismas entre os batizados e a integração e a unidade de todos os ministérios e serviços.

Por tudo isso, a nova práxis ministerial das CEBs instaura uma Igreja de comunhão entre pastores e fiéis legalmente reconhecidos e se apresenta como uma referência importante para o Sínodo convocado por Francisco, que visa pensar o sentido próprio de sinodalidade. As CEBs expressam uma caminhada “comunional” amadurecida, que demanda ser reconhecida tal como se configurou na história e marcou a vida da Igreja, ao superar a dicotomia entre autoridade e submissão. Se o Sínodo tomar em consideração experiências efetivas de sinodalidade, a exemplo das CEBs, será capaz de legitimar a caminhada comunional em meio aos fiéis, movimentos eclesiais, associações e pastorais, superando a dicotomia entre hierarquia e laicato e possibilitando a participação efetiva de todos os batizados nas decisões da Igreja. Existe, efetivamente, uma igualdade fundamental que emana do batismo, pois todos são portadores de carismas e devem atuar na diversidade dos serviços que coexistem em função do Evangelho.

Do acima exposto, sugerimos:

- a) que se reconheça, na legislação canônica, a comunidade eclesial de base como menor unidade da esfera eclesial, possuidora de identidade própria e relacionada com as demais instâncias eclesiais;
- b) que sejam institucionalizados, reconhecidos e legitimados, em todos os níveis, os diversos ministérios presentes

nas comunidades eclesiais de base. Isso implica a participação de todos na vida, na missão e nas decisões da Igreja. Só assim a Igreja superará a dicotomia entre clero e laicato e se fará verdadeiramente comunhão. As CEBs têm o mérito de não só ser uma Igreja dos pobres, comprometida com a libertação mediante a associação entre fé e vida, mas também de viver e valorizar a comunidade como lugar de “fraternura” e de corresponsabilidade, inclusive em nível decisório.

Se o clero continuar com a última palavra (“é o padre quem decide”), não teremos comunhão, mas uma monarquia ou, no mínimo, uma oligarquia. Ao contrário, se a decisão for da maioria (leigos), também não teremos comunhão, mas o exercício da democracia. No exercício da comunhão, ninguém impõe nada. Diante de impasses entre o clérigo e os leigos, mantenha-se o diálogo aberto. Isso é comunhão! Nesse diálogo, é próprio do ministro ordenado trazer à Igreja local o consenso da Igreja universal, enquanto os ministros leigos trazem suas experiências locais, à luz do *sensus fidelium*.

Teme-se que o Sínodo, ao falar de comunhão, participação e missão, não tome a decisão de exigir que a canonicidade atual seja modificada, atualizada, em vista do poder decisório de todos os batizados. Sendo assim, as CEBs e, com elas, todo o laicato continuarão sob a dependência do voluntarismo eclesiástico. Podemos citar como exemplo os documentos recentes da CNBB. Neles, desapareceu a citação (= identidade)

“Na América Latina, a sensibilidade evangélica pelos pobres redefiniu a Igreja como comunidade de discípulos a serviço do Reino.”

das CEBs. Esse termo foi substituído por “comunidades eclesiais missionárias”, nas quais estão incluídas as “novas comunidades”.

2. A IGREJA PAROQUIAL

Partindo do pressuposto de que, no imaginário das pessoas, o conceito de paróquia se reduz, em sua materialidade, a uma capela ou igreja matriz, a um território, um lugar demarcado, espaço para muitos encontros e reuniões, cabe ao padre recém-ordenado e, sobretudo, àquele que tem alguns anos de ministério sacerdotal desconstruir essa imagem e provocar nova percepção da disposição hierárquica, das funções e missões inerentes à dinâmica da vida comunitária.

No espírito de uma Igreja sinodal,¹ a vida comunitária de uma paróquia se expressa como espaço fundamental de experiência de fé, esperança e caridade, materializada em projetos, práticas, trocas de afetividade, convivência com o diferente e superação dos desafios que emergem da vida *intra et extra ecclesiam*.

A vida comunitária encoraja para a luta, para o compromisso efetivo com a transformação das relações injustas, e inaugura um espaço celebrativo de todas as conquistas, de superação dos fracassos, de reconhecimento das faltas e de momentos de reconciliação, o qual se mantém pela força da criação e manutenção dos laços de fraternidade e comunhão. É o lugar, por excelência, que faz lembrar nossas alianças. A vida eclesial dos fiéis numa paróquia desenvolve-se sob a condição do associar-se e do fazer memória de momentos fundamentais experienciados na vida. Conforme Martin Buber (1987, p. 34):

A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela vida em sua totalidade. Toda vida nasce

de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de vida. Nossos sentimentos de vida, os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda a vida do mundo, não podem ser exercidos totalmente a não ser em comunidade. E, em uma comunidade, nada podemos criar que não intensifique o poder, o sentido e o valor da vida. Vida e comunidade são os dois lados de um mesmo ser. E temos o privilégio de tomar e oferecer a ambos de modo claro: a vida por anseio à vida, comunidade por anseio à comunidade.

Na perspectiva de uma comunidade religiosa e de sentido, a exemplo de uma comunidade cristã, faz-se necessário que a paróquia seja uma “rede de comunidades capazes de se articular de tal modo que seus membros vivam em comunhão como autênticos discípulos missionários de Jesus Cristo” (CNBB, 2014, n. 137). Para isso, os bispos sustentam que as paróquias devem ser verdadeiras “comunidades de comunidades”.²

A paróquia, como expressão da organização da vida da Igreja, deve ser, também, expressão significativa do jeito de ser e viver da vida cristã. Assim sendo, “não pode ser uma superestrutura formal e vazia, mas deve ser um todo orgânico que envolva os diversos aspectos da vida” (CNBB, 2014, n. 138). Para viver conforme a inspiração neotestamentária, é necessário que a paróquia seja uma instituição repleta de vida comunitária.

Como antítese e grande ameaça a todo processo formativo de vida comunitária aludido anteriormente, destaca-se a centralização. Numa paróquia de vida comunitária em que há partilha, no processo comunitário

¹ “A sinodalidade [...] indica o específico *modus vivendi et operandi* da Igreja povo de Deus que manifesta e realiza concretamente o ser comunhão no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros em sua missão” (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, 2018, n. 6, p. 14).

² “[...] o que faz a paróquia ser *comunidade de comunidades* é o pluralismo comunitário, isto é, a riqueza da diversidade na comunidade. Globalização, aplicado ao eclesiológico, é a necessária valorização e promoção das comunidades, dos *sujeitos eclesiais*, as quais, a partir da sadia relação de pertença e comunhão na diversidade, formam uma única comunidade de fé; por isso, *comunidade de comunidades*” (REINERT, 2020, p. 21, grifos do autor).



“A sinodalidade representa a via mestra para a Igreja, chamada a renovar-se sob a ação do Espírito e graças à escuta da Palavra.”

que se busca verdadeiramente desenvolver, é indispensável a participação de todos nessa organização. Por isso, ações centralizadoras são incompatíveis com o ideal de vida cristã, a qual não se pauta pelo exercício de poder, mas pelo serviço. O desejo desenfreado de poder e a revitalização de antigas estruturas e práticas que não correspondem nem à Igreja do Concílio Vaticano II nem à sociedade contemporânea minam os projetos, práticas e relações que decorrem de uma experiência de fé.

No Documento Preparatório *Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*, no item 9, lê-se:

A sinodalidade representa a via mestra para a Igreja, chamada a renovar-se sob a ação do Espírito e graças à escuta da Palavra. A capacidade de imaginar um futuro diferente para a Igreja e para as suas instituições, à altura da missão recebida, depende, em grande medida, da escolha de encetar processos de escuta, diálogo e discernimento comunitário, em que todos e cada um possam participar e contribuir. Ao mesmo tempo, a escolha de “caminhar juntos” constitui um sinal profético para uma família humana que tem necessidade de um projeto comum, apto a perseguir o bem de todos. Uma Igreja capaz de comunhão e de fraternidade, de participação e de subsidiariedade, em fidelidade ao que anuncia, poderá colocar-se ao lado dos pobres e dos últimos, emprestando-lhes a própria voz. Para “caminhar juntos”, é necessário que nos deixemos educar pelo Espírito para uma mentalidade verdadeiramente sinodal (SÍNODO DOS BISPOS, [2021]).

“Ouvir”, “dialogar”, “discernir”, “participar”, “caminhar juntos” constituem condições para um bom exercício do poder na perspectiva do serviço e somente são possíveis numa experiência comunitária em que se fortalecem os laços de confiança, necessários a um projeto comum, apto a perseguir o bem de todos, com diz o referido documento.

A comunidade religiosa é, sobretudo, uma comunidade de sentido. Pertencer a uma comunidade eclesial, mais do que a um templo ou território, deveria obedecer ao espírito de uma roda de ciranda, em que todos juntos se dão as mãos, olham-se face a face e rodam ao sabor de uma música alegre. A ciranda é a forma pela qual o espírito de sinodalidade deveria se encarnar, pois a circularidade adensa a vida e exige que as mãos não se soltem, tal como o movimento pericorético que caracteriza as relações trinitárias.

Este é o poder da sinodalidade: ninguém, em uma experiência de mãos dadas, se impõe ao outro, mas é levado a fazer e a refletir, justamente porque se está junto. Foi esta a atitude que Jesus sempre teve na vida: fazer o outro participar (Mc 4,33). E não só. Jesus inicia novo modo de convivência, em que a interação e a horizontalidade nas relações entre os sujeitos fazem parte da vida (Mc 10,42-44).

Uma paróquia de ouvintes, dialógica e participativa, tende a ser uma comunidade sinodal e de vocação profética nos campos da ética e da escatologia.³ Enquanto parte da Igreja, uma comunidade cristã que

³ A escatologia funda-se no núcleo central da fé no Deus da vida, cujo projeto salvífico se estende sobre toda a história humana até sua plena realização na eternidade. Tal projeto não é concebido pela fantasia humana, mas revelou-se na vida, morte e ressurreição de Jesus. Por isso, o dado escatológico fundamental é Jesus Cristo (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 15 e 74).

tem clareza do que lhe é específico sabe que o sentido de sua missão está na ação evangelizadora.

A consciência dos batizados atuantes na vida eclesial aprendeu que evangelizar é assumir essa vida em todas as suas dimensões, não por oportunismo religioso, mas por vocação, que se pauta no seguimento de Jesus e na busca da construção do Reino de Deus, em seu sentido mais fundamental – a utopia escatológica –, a partir do lugar e da ótica dos humilhados econômica e culturalmente. A busca da construção do Reino implica a consideração das diferentes dimensões históricas relativas aos grandes problemas que influenciam, de forma negativa, a maneira de ser e de viver no lugar em que moramos e atuamos, os quais devem ser transformados.

O desafio para a vida paroquial presente consiste numa experiência de grupo que oportunize, na vida cotidiana, “uma rede de amores entrecruzados, reunidos em função de um bem comum. Amando a comunidade, presta-se serviço a todos. Pois a existência humana é necessariamente comunitária. Quase todos os bens importantes são adquiridos comunitariamente” (COMBLIN, 2004, p. 200). O tempo de hoje pede novas formas de vida comunitária, na qual o estar juntos não se sustenta pela força de um poder centralizador, mas pela participação conjunta de todos os batizados e dos demais atores sociais, que se solidarizam com esse projeto de transformação das relações de dominação, de exclusão, de autorreferencialidade, antípodas de um projeto sinodal.

3. A IGREJA DIOCESANA

É notório, sobretudo após a eleição do papa Francisco, que o tema da sinodalidade tem estado muito presente na Igreja. Pensar uma Igreja sinodal, de comunhão, participação e atenta à missão, é pensar uma Igreja que quer não apenas estar e caminhar junto, mas também, como mãe amorosa, possibilitar a

compreensão de que todos possuem o mesmo valor e dignidade, decorrentes do sacramento do batismo. Diante desse entendimento, é possível refletir sobre alguns pontos relacionados à vida diocesana que, se melhorados, poderão colaborar na formação de uma Igreja mais justa, fraterna, solidária e santa.

Para a criação de uma Igreja sinodal, é preciso ter ciência da fundamental necessidade de ampliar a compreensão do próprio conceito de sinodalidade. Por isso, se o desejo é construir uma Igreja verdadeiramente sinodal, é indispensável que as pessoas sejam formadas para que possam modificar suas formas de conduta em prol de um bem maior. Nesse sentido, urge o desenvolvimento de processos formativos de todos os membros da comunidade eclesial.

Em relação aos cristãos leigos e leigas, é perceptível a necessidade de uma formação séria, profunda e integral. Ainda que tenha havido ações de diversos núcleos de formação laical, os processos formativos apresentavam-se insuficientes e não atingem a todos. Somente quando a Igreja tiver cristãos leigos e leigas maduros, que tomem consciência de seu verdadeiro e insubstituível papel no interior da estrutura eclesial e de participação nos organismos de decisão, ela alcançará seu projeto de sinodalidade.

Para tanto, é necessária a constituição de conselhos diocesanos de pastoral efetivamente deliberativos, e não apenas consultivos. Da mesma forma, encontros, reuniões e momentos de reflexão devem ser, de fato, oportunidade de partilha, discussão e diálogo, a fim de que todas as decisões respeitem as diferentes óticas em busca de um consenso. Nesse sentido, apresenta-se o elemento essencial ao exercício do processo sinodal: a escuta ampla e mútua para uma ação comum.

Um segundo elemento essencial diz respeito à readequação dos grandes seminários, em vista de uma experiência formativa integral, para que os candidatos possam

compreender os fundamentos efetivamente comunitários do ministério sacerdotal, à luz da práxis de Jesus, compreendida como serviço mútuo (Jo 13,13-14). O caminho que pode ajudar substancialmente nesse processo formativo é, no lugar de grandes construções, a instalação de pequenas casas de formação, nas periferias. Com pequenas comunidades inseridas nas periferias das cidades, é mais fácil para os jovens seminaristas comungar da realidade das pessoas e compreender suas dores, tristezas, angústias e as esperanças que carregam no coração (GS 1). Esse deslocamento possibilita ao estudante vivenciar as mesmas condições e os mesmos desafios do povo mais sofrido, sendo, verdadeiramente, um com todos. Como complemento ao processo formativo, é fundamental que nele haja a participação de cristãos leigos e leigas tanto na docência quanto na estrutura curricular das faculdades de Filosofia e Teologia. Tal como destaca a Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*, n. 203, é de fundamental importância a participação das mulheres nesses processos formativos. A visão feminina sobre a sociedade e a fé tende a enriquecer a perspectiva dos jovens seminaristas, habitualmente pautada pelo enfoque masculino. Outro ponto a ser observado é a necessidade de trabalhar mais profundamente as relações interpessoais. Para tanto, é indispensável uma formação específica sobre gestão de pessoas, uma vez que aos pastores e líderes de comunidades é inerente o cuidado com todas as pessoas nas mais diversas situações.

Por fim, faz-se necessária a diminuição de barreiras e dualismos entre leigos e clérigos, por intermédio de uma pedagogia da escuta e da criação de meios para que ocorra, em todas as instâncias, verdadeiro diálogo. Essa demanda se estende igualmente aos bispos, que devem aproximar-se concretamente das comunidades mediante o diálogo. Tal aproximação possibilita-lhes o conhecimento das mais diversas realidades, o que é de grande valia para tomadas de decisões futuras, entre as quais a designação de padres que respeitem a caminhada das comunidades e sua linha de atuação.

4. A IGREJA NO MUNDO

A sinodalidade diz respeito a um jeito de ser Igreja que vai na direção de uma participação efetiva dos diversos sujeitos eclesiais constituintes da Igreja universal, ou seja, do conjunto do povo de Deus que se faz presente nas Igrejas locais, tendo como eixo de unidade o bispo de Roma (KASPER, 2012, p. 345-349).

Alguns entraves podem ser detectados no conjunto da Igreja e clamam por mudanças, para que a participação de todos os seus membros seja expressão efetiva de comunhão.

O primeiro entrave diz respeito ao mecanismo estrutural de manutenção e reprodução da instituição eclesial (mecanismo de nomeação de bispos), o segundo refere-se à cultura/política do clericalismo e o terceiro tem relação com o que se pode denominar “magistério paralelo”. Os dois primeiros

“É necessária a constituição de conselhos diocesanos de pastoral efetivamente deliberativos, e não apenas consultivos.”



possuem raízes bem fincadas na Tradição, na teologia e na constituição eclesial, ao passo que o terceiro é diretamente vinculado à cultura contemporânea.

Na sequência, são apresentados os elementos fundamentais desses pontos nevrálgicos, seguidos de sugestões para superá-los, pois o grande desafio é a efetiva e ampla mudança na estrutura eclesial mediante o princípio e a prática da sinodalidade.

4.1. O mecanismo de nomeação de bispos

As instituições se sustentam e se reproduzem por meio das normas estipuladas e fixadas como legítimas e necessárias à manutenção de suas estruturas. Essas normas se instituem sobre a narrativa da eternidade (aquilo que existiu desde sempre, advindo da natureza ou de Deus), de sua tradição (o que se adotou em tempos idos e deve ser preservado para evitar a dispersão) ou de sua pragmática (aquilo que se mostra eficaz para a conservação das estruturas). As hierarquias são estabelecidas, em suas definições e em seus mecanismos de preservação, dentro dessa moldura estável. Na Igreja católica, tal moldura ocupa, por razões institucionais, tradicionais e teológicas, um lugar axial na própria constituição da Igreja.

Ainda que os modos de fundamentar, organizar e exercer a função eclesial tenham passado por mudanças no decorrer da história, eles sempre exerceram o papel de garantir a unidade e a estabilidade do corpo eclesial.

Os mecanismos de nomeação de bispos ocupam um lugar central na preservação e reprodução da estrutura eclesial católica. Mesmo que a história registre os variados mecanismos de escolha do episcopado desde o cristianismo primitivo, hoje se impõe, ao menos no rito latino, um único modelo, centralizado e autorreprodutivo, que perpetua a segregação do clero (padres e diáconos), cristãos leigos e leigas, religiosos

e religiosas. Esse mecanismo perpetua, na Igreja, uma segregação que dispensa e ignora a efetiva sinodalidade. Ainda que, na história, se constate no rito latino a presença de mecanismos sinodais de escolha e nomeação de bispos, é notadamente com o Concílio de Trento que se inaugura um modelo que se consolidará como único a partir do século XIX, reforçado pelo Concílio Vaticano I. Diferentemente da tradição latina, as Igrejas orientais contam com a prerrogativa sinodal de indicação dos nomes, embora haja a obrigatoriedade da chancela de Roma.

Uma sinodalidade efetiva deverá trazer modificações nesse mecanismo de autorreprodução do poder eclesial, criando formas novas que garantam a participação do povo de Deus. Além da centralização e da segregação inerentes ao processo, a contradição mais fundamental que se perpetua é a nomeação dos bispos ser coordenada por uma instituição política (as nunciaturas apostólicas, departamentos da Secretaria de Estado), relegando a segundo plano a Congregação para os Bispos, os dicastérios da Cúria Romana, as conferências episcopais, as dioceses e as comunidades eclesiais. Diferentemente do *aggiornamento* conciliar, a permanência desse mecanismo acentua a vulnerabilidade das Igrejas locais, que ficam reféns do perfil político (ideológico e pastoral) do bispo nomeado. Este chega investido de amplo poder legitimado, que lhe permite dar à Igreja local o rumo que lhe convier, sem qualquer participação do povo de Deus ali estabelecido.

A fim de não perpetuar a centralização do poder, que ofusca o exercício da sinodalidade, sugerimos fortemente a revisão do mecanismo atual de indicação e nomeação dos futuros bispos, como forma de resgatar o espírito participativo que marcava a organização das primeiras comunidades.

4.2. O clericalismo

Contrapondo-se à compreensão de sinodalidade, o clericalismo se caracteriza, na Igreja, como um processo de autocentramento, até mesmo nos cristãos leigos e leigas, do poder religioso, exercido por diferentes sujeitos eclesiais: bispos, padres, religiosos(as).

Esse processo enfatiza a ideia de que determinados indivíduos possuem um poder sagrado, do qual decorre a exclusividade de decisão e de orientação da ação na práxis eclesial. Tal postura reproduz um dualismo que se traduz na polaridade entre consagrados e não consagrados, sagrado e profano, ideia completamente estranha ao cristianismo, enquanto comunhão fundamental de igualdade dada pelo sacramento do batismo. A comunhão dos batizados, inseridos no mesmo corpo eclesial, confere identidade cristã e dignidade de filhos(as) de Deus a todos os fiéis, independentemente das distintas funções e serviços prestados à comunidade.

Ao longo da história da Igreja, o clericalismo anulou o reconhecimento da dignidade de “iguais” concedida pelo batismo, institucionalizando-se numa ideia, cada vez mais subjetivada, de que está unicamente nas mãos dos bispos e dos padres o poder de decisão, prática reforçada e referendada pelo Direito Canônico. Como forma de enfrentamento ao clericalismo, urge a ampliação de mecanismos participativos que envolvam o povo de Deus em todas as esferas da estrutura eclesial, como forma concreta de exercício da sinodalidade. A metodologia de participação na atual preparação para o Sínodo é boa oportunidade para provocar mudança de mentalidade, ao propiciar uma participação de todos os níveis do corpo eclesial nos processos de reflexão e decisão.

Investir nessa direção provoca uma mudança cultural e política que se inicia no interior da Igreja e, por consequência, gera uma mudança na conjuntura social hodierna, que tende, cada vez mais, ao autoritarismo e à centralização do poder.

“A fim de não perpetuar a centralização do poder, que ofusca o exercício da sinodalidade, sugerimos fortemente a revisão do mecanismo atual de indicação e nomeação dos futuros bispos.”

4.3. As bolhas eclesiais e os magistérios paralelos

Se o clericalismo conta com um apoio histórico e canônico que o legitima no corpo eclesial, o fenômeno das bolhas eclesiais apresenta-se como dado social, político e cultural que vai sendo cada vez mais traduzido nos modos de ser Igreja em nossos dias.

Estamos longe de uma unidade eclesial efetiva, na qual os ensinamentos dos magistérios ordinário e extraordinário garantam unidade, consenso e comunhão. A pluralidade que demarca a vida social moderna, com suas identidades e relativismos, recorta o corpo eclesial como bolhas que isolam grupos organizados (caso dos movimentos) e difusos (caso de grupos digitais). A dinâmica da sinodalidade pressupõe a convicção sobre determinados consensos eclesiais, o espírito aberto e a adesão a esses consensos, que têm suas raízes em conteúdos e hermenêuticas comuns, na interpretação das fontes bíblicas, nos ensinamentos eclesiais e na leitura da realidade oferecida pela Doutrina Social da Igreja.

As bolhas eclesiais são autorreferenciadas e, nessa postura, dispensam, rejeitam a comunhão e releem os discursos somente segundo a própria perspectiva. A tendência tradicionalista, presente em muitos desses grupos (bolhas), rejeita, direta e indiretamente, os ensinamentos do magistério e até mesmo do Concílio Vaticano II. São cismas assimilados pela rotina eclesial que habitam as Igrejas particulares sem maiores problemas. Eles avançam, de forma subliminar, para dentro dos lares por vias digitais e mediante discursos supostamente legítimos, que

apregoam a “verdadeira Igreja” e a “doutrina verdadeira”, em oposição à “falsa” Igreja da CNBB e aos “discursos heréticos” do papa Francisco.

Tal posicionamento não tem sido diferente em relação à temática da sinodalidade. Estão em marcha, de um lado, uma releitura “espiritualizante e individualizante” do processo sinodal realizada por alguns grupos e, de outro, uma leitura tradicionalista por parte de outros. Ambos dispensam os mecanismos de comunhão e de participação do conjunto do povo de Deus. Os do primeiro grupo agem em nome de uma sociabilidade religiosa, feita de agregação de indivíduos autocentrados em experiências emotivas de felicidade e prosperidade (entendidas como experiências religiosas puras). Os do segundo grupo compreendem a Tradição como algo que se transmite de maneira fixa e imutável, algo retirado de algum lugar do passado, tomado como verdade diretamente revelada, sem contextualização histórica, que deve ser crida, e refratário a toda e qualquer tentativa de ressignificação, tida como perigosa e herética.

Como proposta que faça frente ao surgimento dessas bolhas eclesiais, sugere-se, primeiramente, que a Igreja sinodal concretize o exercício de comunhão e participação, o qual exige consensos básicos, seja por meio de normas que evitem concessões às autonomias, como é o caso dos grupos de direito diocesano e direito pontifício, seja pela regulamentação da inserção desses grupos na comunidade eclesial. Em segundo lugar, que a volta à comunidade eclesial – local, paroquial e diocesana – seja o parâmetro de reavaliação da legitimidade e do *status* eclesial das “comunidades virtualizadas” e se criem políticas que priorizem a comunhão entre os sujeitos no espaço real e não virtual, como condição indispensável à vivência do seguimento do Verbo encarnado na história.

CONCLUSÃO

Enquanto membros do Observatório Eclesial Brasil, acreditamos que os elementos aqui sugeridos são factíveis porque, de alguma forma, suas raízes já se encontram nas experiências vivenciadas pela Igreja no Brasil. Para cada eixo, apresentamos os elementos que julgamos essenciais à efetiva transformação das práticas pastorais que interceptam a concretização do processo sinodal nos dias atuais.

vp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- COMBLIN, José. *O caminho: ensaio sobre o seguimento de Jesus*. São Paulo: Paulus, 2004.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2018. (Documentos da Igreja, 48).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2014. (Documentos da CNBB, 100).
- KASPER, Walter. *A Igreja católica: essência, realidade, missão*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- LIBÂNIO, João B.; BINGEMER, Maria Clara. *Escatologia cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985. (Coleção Teologia e libertação).
- REINERT, João Fernandes. *Paróquia: casa de iniciação e comunidade de sujeitos eclesiais*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- SÍNODO DOS BISPOS. *Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*. Documento preparatório da 16ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos. [Vaticano]: [s. n.], [2021]. Disponível em: https://www.synod.va/content/dam/synod/common/preparatory-document/word_pdf/pt_prepa_sp.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

Orani João Tempesta, O. Cist.*

*D. Orani João Tempesta é cardeal arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro.

POR UMA IGREJA SINODAL

Reflexão pastoral

1. O SÍNODO, QUESTÕES E ESPERANÇAS

“Amados irmãos e irmãs! Obrigado por estardes aqui na abertura do Sínodo. Percorrendo diversos caminhos, viestes de tantas Igrejas, trazendo cada um, no coração, questões e esperanças; e tenho a certeza de que o Espírito nos guiará e concederá a graça de avançarmos em conjunto, de nos ouvirmos mutuamente e iniciarmos um discernimento no nosso tempo, tornando-nos solidários com as fadigas e os

anseios da humanidade. Reitero que o Sínodo não é um parlamento, o Sínodo não é uma investigação sobre as opiniões; o Sínodo é um momento eclesial, e o protagonista do Sínodo é o Espírito Santo. Se não estiver o Espírito, não haverá sínodo” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

O Santo Padre, o papa Francisco, convocou, para outubro de 2023, a 16ª Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos, que tem por tema “Por uma Igreja sinodal: comunhão,



participação e missão” e será o ponto alto do processo de escutas diocesanas, nacionais e continentais que tiveram início em 2021. Somos todos convidados a participar na oração e nas demais atividades propostas neste momento de grande graça para a vida da Igreja.

O termo “sínodo” deriva do grego *synodos*, que significa “reunião”. É composto pelo prefixo *syn* (junto com / junto de / junto a) e pelo substantivo *hodós* (caminho). O verbo grego *synodéo* significa “fazer um caminho com alguém”. A Igreja, ao longo de sua história, concretizou muitos passos e aprendizados. Foi notadamente no Concílio Vaticano II (1962–1965) que ela aprofundou a compreensão de que o melhor jeito de ser e de caminhar, para bem cumprir sua missão, é o “jeito sinodal”.

Ser Igreja sinodal é o esforço coletivo e a busca contínua de aprendermos a “caminhar juntos”, como irmãos e irmãs. É um jeito de ser Igreja no qual cada pessoa é importante, tem voz, é ouvida, capacitada e envolvida na realização da missão. Já não se trata de estar uns acima dos outros, mas de nos colocarmos

unidos para, juntos, fazermos a experiência de fé diante dos desafios internos e externos que se apresentam em nosso dia a dia.

2. O ESPÍRITO DO SÍNODO: UNIDADE, COMUNHÃO E FRATERNIDADE

“Vivamos este Sínodo no espírito da ardente oração que Jesus dirigiu ao Pai pelos seus: ‘Para que todos sejam um’ (Jo 17,21). É a isto que somos chamados: à unidade, à comunhão, à fraternidade que nasce de nos sentirmos abraçados pelo único amor de Deus. Todos indistintamente, mas em particular nós, pastores – assim escreve São Cipriano –, ‘devemos manter e reivindicar com firmeza essa unidade, sobretudo nós, bispos, que temos a presidência na Igreja, para dar provas de que o próprio episcopado também é uno e indiviso’ (*De Ecclesiae Catholicae Unitate*, n. 5). Por isso, no único povo de Deus, caminhemos em conjunto para fazer a experiência de uma Igreja que recebe e vive o dom da unidade e se abre à voz do Espírito” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

Para tornar concreta e visível a sinodalidade desejada por Francisco desde o início de seu pontificado, o Sínodo dos Bispos não está sendo celebrado somente no Vaticano, mas em cada Igreja particular dos cinco continentes, seguindo um itinerário trienal articulado em três fases: escuta, discernimento e consulta.

Cristãos leigos e leigas, sacerdotes, missionários(as), consagrados(as), bispos e cardeais – mesmo antes de discutir, refletir e questionar-se sobre a sinodalidade, na assembleia de outubro de 2023 no Vaticano – vêm se encontrando, portanto, vivendo-a em primeira pessoa. Cada um em sua diocese, com seu papel e em suas instâncias. “Um processo sinodal integral só será realizado de forma autêntica se as Igrejas particulares estiverem envolvidas nele.” Além disso, será importante a participação dos “órgãos intermediários da sinodalidade, isto é, os sínodos das Igrejas católicas orientais, os conselhos e assembleias das Igrejas *sui iuris* e as conferências episcopais, com suas expressões nacionais, regionais e continentais”.

Esta é a primeira vez, na história dessa instituição querida por São Paulo VI – em resposta ao desejo dos padres conciliares de manter viva a experiência colegial do Concílio Vaticano II –, que um sínodo começa descentralizado nas Igrejas particulares.

Em outubro de 2015, o papa Francisco, comemorando o quinquagésimo aniversário dessa instituição, expressou o desejo de um caminho comum de “leigos, pastores e bispo de Roma”, por meio do “fortalecimento da assembleia dos bispos e de uma descentralização salutar”. Aquele desejo agora se torna realidade.

3. SÍNODO: COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO E MISSÃO

“As palavras-chave do Sínodo são: comunhão, participação, missão. Comunhão e missão são expressões teológicas que designam – e é bom recordá-lo – o mistério da Igreja. O Concílio Vaticano II esclareceu que a comunhão exprime a própria natureza da Igreja e, ao mesmo tempo, afirmou que a Igreja recebeu ‘a missão de anunciar e instaurar o Reino de Cristo e de Deus em todos os povos e constitui o germe e o princípio deste mesmo Reino na terra’ (LG 5). E aqui temos a terceira palavra: participação. Comunhão e missão correm o risco de permanecer termos meio abstratos, se não se cultiva uma prática eclesial que se exprima em ações concretas de sinodalidade em cada etapa do caminho e da atividade, promovendo o efetivo envolvimento de todos e cada um” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

A palavra “sínodo” significa, justamente, “caminhar juntos”, e este é o intuito desse evento: todo o povo de Deus pôr-se à escuta junto com seus pastores. Todos os fiéis são convidados a participar deste tempo de comunhão de toda a Igreja. Esse encontro é um momento em que todo o povo pode pensar e rezar junto sobre os caminhos que a Igreja irá trilhar nos próximos anos.

“Não podemos deixar de falar sobre o que vimos e ouvimos” (At 4,20). É um convite a cada um de nós para tornar conhecido o que temos no coração. Essa missão é e sempre foi a identidade da Igreja: “Ela existe para



“SER IGREJA SINODAL É O ESFORÇO COLETIVO E A BUSCA CONTÍNUA DE APRENDERMOS A ‘CAMINHAR JUNTOS’, COMO IRMÃOS E IRMÃS.”

evangelizar” (Paulo VI, EN 14). Nossa vida de fé enfraquece, perde a profecia, o encantamento e a gratidão quando ficamos isolados em nós mesmos ou em pequenos grupos.

Por sua própria natureza, a vida de fé exige crescente abertura, capaz de alcançar e abraçar a todos. Por isso, “mesmo os mais frágeis, limitados e feridos podem ser missionários à sua maneira, porque sempre devemos permitir que o bem seja comunicado, embora coexista com muitas fragilidades” (Francisco, *Christus Vivit*, n. 239).

4. O SÍNODO E A COMUNHÃO

“Ao encerrar o Sínodo de 1985, vinte anos depois da conclusão da assembleia conciliar, também São João Paulo II quis reafirmar que a natureza da Igreja é a *koinonia*: dela brota a missão de ser sinal de união íntima da família humana com Deus. E acrescentou: ‘Convém sumamente que na Igreja se celebrem sínodos ordinários e, se for necessário, também extraordinários’, os quais, para dar fruto, devem ser bem preparados: ‘é preciso que nas Igrejas locais se trabalhe pela sua preparação com participação de todos’ (Discurso de encerramento da 2ª Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, 7/12/1985)” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

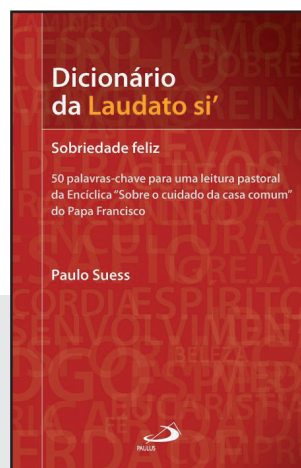
Um tema que faz parte de nosso testemunho eclesial e é de suma importância para nós, cristãos católicos, é o da comunhão. A comunhão exprime a própria natureza da Igreja e a faz contemplar e viver o mistério da vida trinitária, que é comunhão de pessoas.

A comunhão da Igreja é obra exclusiva de Deus. Não podemos produzir a comunhão, mas pedi-la e mantê-la. Todos aqueles que creem em Cristo, em qualquer lugar, em qualquer tempo, fazem parte da família de Deus e estão ligados ao corpo de Cristo pelo Espírito.

Só existe um corpo de Cristo, uma Igreja, um rebanho, um só povo de Deus. Todos aqueles que nasceram de novo e foram lavados no sangue do Cordeiro fazem parte dessa

Dicionário da *Laudato Si'*: sobriedade feliz

Paulo Suess



192 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Este dicionário procura facilitar e estruturar, a partir de 50 palavras-chave e em pequenas unidades, a leitura da *Laudato Si'*. O livro é sobretudo para aqueles que estão envolvidos no ensino magisterial, na catequese ou em reuniões formativas em processos pastorais de reeducação da “cultura do descarte” (LS 22).



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

**“A COMUNHÃO DA IGREJA É
OBRA EXCLUSIVA DE DEUS.
NÃO PODEMOS PRODUZIR A
COMUNHÃO, MAS PEDI-LA
E MANTÊ-LA.”**



bem-aventurada família de Deus. A Igreja é um corpo em que cada membro precisa ter o mesmo sentir de Cristo. A Igreja é como um coro que deve cantar no mesmo tom.

Os cristãos não são competidores, mas cooperadores. Não são rivais, mas parceiros. Não estão lutando por causas pessoais, mas todos buscando a glória de Deus. Na Igreja de Deus não devem existir disputas políticas, brigas por cargos, ciúmes e invejas.

5. O SÍNODO E A PARTICIPAÇÃO

“Comunhão e missão correm o risco de permanecer termos meio abstratos, se não se cultiva uma práxis eclesial que se exprima em ações concretas de sinodalidade em cada etapa do caminho e da atividade, promovendo o efetivo envolvimento de todos e cada um. Naturalmente, celebrar um sínodo é sempre bom e importante, mas só é verdadeiramente fecundo se se tornar expressão viva do ser Igreja, de um agir caracterizado por verdadeira participação. E isso não por exigências de estilo, mas de fé. A participação é uma exigência da fé batismal” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

O Santo Padre nos recorda que o batismo é a fonte inicial da nossa vivência de fé e pertença à Igreja. Dele, nossa fonte de vida, deriva a igual dignidade dos filhos e filhas de Deus, embora na diferença de ministérios e carismas. Por isso, todos somos chamados a participar na vida da Igreja e na sua missão: “Se falta uma participação real de todo o povo de Deus, os discursos sobre a comunhão arriscam-se a não passar de pias intenções. Participarmos todos é compromisso eclesial irrenunciável! Para todos os batizados, esta é a carteira de identidade: o batismo”.

Pertencimento e participação são duas realidades que caminham juntas. Saber-nos pertencentes à família dos filhos e filhas de Deus, ingressando pela porta da fé que é o batismo, faz-nos cada dia mais participantes dos mistérios de Cristo na vivência da fé, da esperança e da caridade, na celebração litúrgica, na comunhão eclesial e na missão de passar pelo mundo fazendo o bem.

Em virtude do batismo, somos chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo. “Os fiéis leigos são os cristãos que estão incorporados a Cristo pelo batismo, que formam o povo de Deus e participam das funções de Cristo: sacerdote, profeta e rei. Realizam, segundo sua condição, a missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo. São homens da Igreja no coração do mundo, e homens do mundo no coração da Igreja” (*Documento de Aparecida*, n. 209).

6. O SÍNODO E A MISSÃO

“Através destas duas palavras (comunhão e missão), a Igreja contempla e imita a vida da Santíssima Trindade, mistério de comunhão *ad intra* e fonte de missão *ad extra*. Depois de um tempo de reflexões doutrinárias, teológicas e pastorais que caracterizaram a recepção do Vaticano II, São Paulo VI quis condensar precisamente nestas duas palavras – comunhão e missão – ‘as linhas mestras, enunciadas pelo Concílio’. Com efeito, ao comemorar sua abertura, afirmou que as linhas gerais foram ‘a comunhão, ou seja, a coesão e a plenitude interior, na graça, na verdade e na colaboração [...]; e a missão, ou seja, o compromisso apostólico para com o mundo contemporâneo’ (Ângelus, 11/10/1970), que não é proselitismo” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

A missão é única: sermos alegres anunciadores do Cristo, levando a Boa-nova. Sair, partir e nada levar, apenas a coragem e o amor no coração. “Portanto, ide! Eis que eu vos envio como cordeiros para o meio dos lobos. Não leveis bolsa, nem mochila de viagem, nem sandálias; e a ninguém saudeis longamente pelo caminho. Assim que entrardes numa casa, dizei em primeiro lugar: ‘A paz esteja nesta casa!’” (Lc 10,3-5).

O anseio da missão ressoa: “Onde há amor e caridade, Deus aí está”. Este é o núcleo da missão: levar o amor, não em palavras, mas em atos concretos. Somos chamados a sair de nosso conforto e partir despojadamente, indo ao encontro do outro, lá onde ele estiver, para atender às necessidades que tiver. As ações concretas dessa ação missionária se dão na evangelização dos povos, raças e línguas.

A missão sempre foi tema importante e central na história da Igreja, desde sua fundação até nossos dias – como bem nos recorda o papa Francisco nesta convocação sinodal. Somos chamados à missão de evangelizar com ardor, enfrentando os desafios dos obstáculos, que sempre podem ser superados.

7. PRIMEIRO RISCO NA CAMINHADA SINODAL: O FORMALISMO

“O Sínodo, ao mesmo tempo que nos proporciona grande oportunidade para a conversão pastoral, não está isento de alguns riscos. O primeiro é o risco do formalismo. Pode-se reduzir um Sínodo a um evento extraordinário, mas de fachada, precisamente como se alguém ficasse a olhar a bela fachada de uma igreja, sem nunca entrar nela. Pelo contrário, o Sínodo é um percurso de efetivo discernimento espiritual, que não empreendemos para dar bela imagem de nós mesmos, mas a fim de colaborar melhor para a obra de Deus na história. Assim, quando falamos de uma Igreja sinodal, não podemos contentar-nos com a forma, mas temos necessidade também de substância,

instrumentos e estruturas que favoreçam o diálogo e a interação no povo de Deus, sobretudo entre sacerdotes e leigos” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

O termo “formalismo”, utilizado pelo papa Francisco para apontar um dos riscos na caminhada sinodal, deve ser entendido como o perigo de dar prevalência à forma sobre o conteúdo ou significado. Chamamos de formalismo a atitude de preocupar-se mais com o modo pelo qual algo deve ser apresentado do que com o que deve ser apresentado.

Vale lembrar que o papa não quer fomentar uma atitude de contraposição entre conteúdo e forma. Os dois são importantes! As diversas estruturas que fazem parte da organização da Igreja visam favorecer e tornar clara a realidade do mistério de comunhão que ela é. No entanto, essa comunhão é ameaçada constantemente pelas feridas que trazemos dentro de nós, as quais não apenas nos dilaceram interiormente, mas também tendem a dilacerar as diversas realidades sociais em que estamos inseridos: família, comunidade, sociedade, Igreja etc.

Assim, a Igreja compreende que precisa estar sempre em reforma; ou, dizendo de outro modo, sempre em caminho de conversão.

8. SEGUNDO RISCO NA CAMINHADA SINODAL: O INTELECTUALISMO

“Um segundo risco é o do intelectualismo (da abstração; a realidade vai para um lado e nós, com nossas reflexões, vamos para outro): transformar o Sínodo numa espécie de grupo de estudo, com intervenções cultas, mas alheias aos problemas da Igreja e aos males do mundo; uma espécie de ‘falar por falar’, onde se pensa de maneira superficial e mundana, acabando por cair nas habituais e estereis classificações ideológicas e partidárias e alheando-se da realidade do santo povo de Deus, da vida concreta das

“A ESCUTA, A REFLEXÃO E A AÇÃO AJUDAM A CONSTRUIR COMUNIDADES FLORESCENTES E RESILIENTES PARA A MISSÃO DA IGREJA HOJE.”

comunidades espalhadas pelo mundo” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

A caminhada sinodal é, acima de tudo, uma caminhada de docilidade espiritual. Não constitui um exercício mecânico de coleta de dados ou uma série de reuniões e debates. A escuta sinodal tem em vista o discernimento, que nasce da vida de fé, comum a todo e qualquer batizado. Requer que aprendamos a arte do discernimento pessoal e comunitário e nos exercitemos nessa arte: escutando-nos uns aos outros, escutamos nossa tradição de fé e os sinais dos tempos, a fim de discernir o que Deus está dizendo a todos nós.

O papa Francisco caracteriza, no instrumento de trabalho do Sínodo, os dois objetivos inter-relacionados desse processo de escuta: “escuta de Deus, até ouvir com ele o grito do povo; escuta do povo, até respirar nele a vontade a que Deus nos chama”.

Enfrentamos desafios gigantescos atualmente, em todos os níveis. Com a graça do Espírito Santo, precisamos discernir como ser sal da terra e luz do mundo hoje. A caminhada sinodal apresenta-se como uma proposta que está no coração da compreensão do mistério da Igreja, e não simplesmente como uma busca de estratégias de ação para responder aos desafios deste tempo. Embora seja necessária a renovação pastoral missionária, o ponto de partida é sempre o mistério de Deus, que é comunhão de pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo.

9. TERCEIRO RISCO NA CAMINHADA SINODAL: O IMOBILISMO

“Por fim, pode haver a tentação do imobilismo: dado que ‘se fez sempre assim’ (EG 33) – esta afirmação ‘fez-se sempre assim’ é um veneno na vida da Igreja –, é melhor não mudar. Quem se move nesse horizonte, mesmo sem se dar conta, cai no erro de não levar a sério o tempo em que vivemos. O risco é

que, no fim, se adotem soluções velhas para problemas novos: um remendo de pano cru, que acaba por criar um rasgão ainda maior (cf. Mt 9,16). Por isso, é importante que o caminho sinodal seja verdadeiramente tal, que seja um processo em desenvolvimento; envolva, em diferentes fases e a partir da base, as Igrejas locais, num trabalho apaixonado e encarnado, que imprima um estilo de comunhão e participação orientado para a missão” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

A caminhada sinodal fundamenta-se em Cristo e segue a orientação do Espírito Santo. A escuta, a reflexão e a ação ajudam a construir comunidades florescentes e resilientes para a missão da Igreja hoje. Esse caminho exige movimento, ir adiante, requer nosso envolvimento humano de forma simples: rezar, refletir, prestar atenção na disposição interior, escutar e falar uns com os outros de maneira autêntica, significativa e acolhedora.

A escolha de uma caminhada sinodal constitui um sinal profético para a família humana, que tem necessidade de um projeto comum, apto a perseguir o bem de todos. Uma Igreja capaz de comunhão e de fraternidade, de participação e de subsidiariedade, em fidelidade ao que anuncia, poderá pôr-se ao lado dos pobres e dos últimos, emprestando-lhes a própria voz.

A Igreja vem enfrentando dolorosos desafios internos e externos. Contudo, é precisamente no enfrentamento desses sulcos cavados pelo sofrimento que novos caminhos florescem para refundar o caminho da vida cristã e eclesial.

10. UM TEMPO DE GRAÇA PARA UMA IGREJA SINODAL

“Vivamos, pois, esta ocasião de encontro, escuta e reflexão como um tempo de graça que nos ofereça, na alegria do Evangelho, pelo menos três oportunidades. Sempre voltamos ao estilo de Deus: o estilo de Deus é proximidade, compaixão e ternura. Deus sempre agiu assim. Se não chegarmos a esta Igreja da proximidade com atitudes de compaixão e ternura, não seremos Igreja do Senhor. E isso não só em palavras, mas com a presença, de tal modo que se estabeleçam maiores laços de amizade com a sociedade e o mundo: uma Igreja que não se alheie da vida, mas cuide das fragilidades e pobreza do nosso tempo, curando as feridas e sarando os corações dilacerados com o bálsamo de Deus. Não esqueçamos o estilo de Deus que nos deve ajudar: proximidade, compaixão e ternura” (papa Francisco, Discurso de abertura do Sínodo, 9/10/2021).

A sinodalidade fala daquilo que, de maneira misteriosa, o sacramento do batismo realizou em nós. Fomos unidos a Cristo de forma tão radical, que somos seu corpo. O batismo é a porta e o fundamento da comunhão na Igreja, e a Eucaristia é a fonte e o ápice de toda a vida cristã (LG 11). O Sínodo é uma ferramenta que se nos oferece para que partilhemos ainda mais a riqueza que cada um possui em vista da missão.

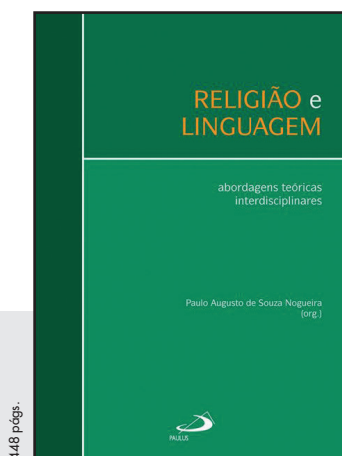
A sinodalidade implica receptividade à mudança, formação e aprendizagem permanente. Nossa comunidade eclesial forma pessoas mais capazes de caminhar juntas, de se ouvirem umas às outras, de participar na missão e de se empenharem no diálogo? Que formação é dada para fomentar o discernimento e o exercício da autoridade de forma sinodal?

Com certeza o Espírito nos guiará e concederá a graça de avançarmos em conjunto, de nos ouvirmos mutuamente e iniciarmos um discernimento no nosso tempo, tornando-nos solidários com as fadigas e os anseios da humanidade.

vp

Religião e linguagem: abordagens teóricas interdisciplinares

Paulo Augusto de Souza Nogueira (org.)



448 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Ao se aliar com a linguística, com os estudos literários e discursivos, as ciências da religião também pretendem se inserir na reflexão, que marca as ciências humanas, sobre como a linguagem é fundada num signo fraturado e como seu significado pode ser questionado. A obra apresenta ensaios sobre as diferentes abordagens de religião e linguagem e um manual para uma introdução à temática.



Aponte a câmera do
seu celular e confira a
degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br



Vidal Enrique Becerril*

A QUERIDA AMAZÔNIA NAVEGANDO PARA A IGREJA SINODAL

*Pe. Vidal Enrique Becerril, sacerdote espanhol da diocese de Madri, missionário no Brasil desde 1972. Atuou em comunidades da periferia de São Paulo e, há quatro anos, trabalha na Amazônia. Doutor em Ciências da Religião, área bíblica, pela Universidade Metodista de São Paulo, licenciado em Teologia pela Pontifícia Universidade de Comillas (Madri) e em Teologia Bíblica pela Faculdade Franciscana de Jerusalém. E-mail: vidalenrique2000@yahoo.com.br

Em outubro de 2019, foi concluído o Sínodo para a Amazônia em Roma e, em fevereiro de 2020, o papa Francisco publicou a Exortação Pós-sinodal Querida Amazônia. Anunciou também que o próximo Sínodo seria em 2022 (depois transferido para outubro de 2023, devido à pandemia). É o momento privilegiado de refletir sobre “novo jeito de ser Igreja”, que abra novos horizontes de sinodalidade, e de superar o modelo hierárquico piramidal, herança histórica de um catolicismo feudal implantado em terras brasileiras com força e poder, o qual atravessou momentos-chave de nossa história, como a Independência e a República. Neste artigo, buscamos levantar alguns pontos que poderão pensar uma Igreja com rosto sinodal, num projeto mais inculturado, mais fraterno e com um protagonismo maior de leigas e leigos.

INTRODUÇÃO

Como missionário em terras brasileiras há muitos anos, fui capaz de perceber a dinâmica da ação pastoral em seus diversos momentos e desafios: uma Igreja com viés hierárquico, invariavelmente em aliança com o poder – quer no período colonial, quer após a Proclamação da Independência –, sempre mostrou sua força e influência. Ainda hoje, esse modelo piramidal de Igreja é encontrado em muitos rincões deste país.

Ao lado dessa visão de Igreja mais imperial, é possível também vislumbrar o rosto de uma Igreja saída do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín, Puebla e Aparecida, Igreja da qual tive a oportunidade de participar, além de testemunhar: uma Igreja mais sinodal. Atacada de todos os lados, esse modelo de Igreja povo de Deus alcança, com o Sínodo para a Amazônia – assim o esperamos –, seu momento de virada. O papa Francisco, com esse Sínodo, aponta para a Igreja do terceiro milênio.

Acreditamos que a Igreja na América Latina e, particularmente, no Brasil deu passos significativos rumo a esse sonho de sinodalidade.

1. UM SÍNODO QUE NÃO CHEGOU À AMAZÔNIA

Sínodo. Lembremo-nos da origem grega da palavra, que significa “juntos caminhando”. Tem muito a ver com a comunidade eclesial e com a caminhada.

Sente-se que o Sínodo para a Amazônia, também devido à pandemia, não chegou ao povo nem a muitos agentes de pastoral. Como um rio, parece que não desaguou na sua foz.

A recepção não foi tão acolhedora como se esperava. As comunidades muitas vezes não têm conhecimento dos nossos debates e acompanham pouco nossos assuntos. Documentos e encontros raramente chegam ao povo fiel e tradicional, que continua ainda na voz passiva e vivendo o cristianismo de forma meio infantil. A linguagem desses documentos também não ajuda, pois costuma ser pouco pedagógica e pouco popular.

Em relação ao Sínodo para a Amazônia, tanto no *Documento final* quanto na exortação apostólica, já tínhamos ver poucos avanços. Gritos e vozes que chegaram das periferias e das bases no *Instrumento de trabalho* não fizeram



“Acreditamos que a Igreja na América Latina e, particularmente, no Brasil deu passos significativos rumo a esse sonho de sinodalidade.”

eco naqueles mármore romanos. Cerca de 85 mil pessoas haviam participado, um ano e meio antes, com muitos encontros preparatórios. Em Roma, poderia ter sido escolhido outro modelo, o poliedro, com vários lados, para recolher melhor as ideias e as experiências do povo. Temos de pensar nas fortes pressões sofridas pelo papa na preparação do Sínodo.

Chegaram a esse Sínodo “rios” importantes, como o Concílio Vaticano II, o Encontro de Medellín, de 1968, o Encontro das Igrejas Amazônicas de Santarém-PA, em 1972, a exortação *Evangelii Nuntiandi*, de São Paulo VI, a Conferência do Celam em Aparecida, a exortação *Alegria do Evangelho*, do papa Francisco, sua encíclica *Laudato Si'* – surpreendente manifesto ecosocialista – e, finalmente, o *Instrumentum laboris*.

Voltando à preparação sinodal, participei em Belém de algumas reuniões e, sobretudo, do encontro, em agosto de 2019, com cerca de sessenta bispos. Havia vários assessores e uma participação intensa do laicato, das religiosas e de outros agentes de pastoral.

O papa já havia dado o “pontapé inicial” em Puerto Maldonado, no Peru, em janeiro de 2018, com a presença de cinco mil indígenas. Ele pediu perdão pelas atitudes equivocadas da Igreja, num gesto corajoso e bem focado.

2. A EXORTAÇÃO QUERIDA AMAZÔNIA

Após o Sínodo, o papa lançou a exortação *Querida Amazônia*, na qual apresenta quatro sonhos. O primeiro se expressa com contundente denúncia profética, ao qualificar como crime e injustiça o lucro e a voracidade contra os pobres.

No segundo sonho, o papa volta-se para a figura do poliedro. É uma figura geométrica que respeita bem os diferentes planos, ao contrário da esfera, que iguala tudo. Fala

em não dissolver os valores e as diferenças culturais, que são grande riqueza. Afirmo que precisamos descobrir e ouvir as raízes das culturas e a sabedoria dos idosos, sem manipular os jovens, valorizando a família e estando atentos aos meios de comunicação.

O terceiro sonho, chamado de ecológico, é reflexo da encíclica *Laudato Si'*, tão inovadora, exemplo de relação inteligente com a ciência. É importante destacar o quarto sonho, que é o sonho eclesial. O papa foi muito lúcido ao se referir à conversão sinodal, com suas implicações e atitudes (n. 86-88).

O Documento final tinha classificado, quase da mesma forma, os novos caminhos, chamados de conversões: pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

No começo dessa exortação, o papa fala com carinho do esplendor, drama e mistério dessa região. Para nós, que vivemos nestas terras, a Amazônia nos encanta, mas também nos oprime e desafia. Aqui está aberto o primeiro livro que o Senhor nos revelou: as maravilhas da criação e da vida do povo.

Vamos lembrar que há muitas Amazonas. A região possui cerca de 33 milhões de habitantes, abrangendo nove países da América do Sul e perto de três milhões de indígenas. Possui em torno de 7,5 milhões de quilômetros quadrados, quase o tamanho da Europa. Um pouco mais da metade dessa Pan-Amazônia é brasileira. Muitos lugares são alcançados apenas por via fluvial ou aérea. Há 104 dioceses, prelazias e vicariatos. A região abriga cerca de 200 povos indígenas, com mais de 120 línguas, além de 130 “povos livres”, ou melhor, isolados, em isolamento voluntário.

Há outras comunidades marginalizadas, que vivem à beira dos rios, os ribeirinhos. E lá estão igualmente os quilombolas, afrodescendentes.

3. A AMAZÔNIA NÃO É PARA PRINCIPIANTES

Há muitos lugares onde é preciso ouvir muito para apreender a realidade. Não podemos pensar que a Amazônia já foi “descoberta”. E muito menos achar que é amada e respeitada.

As crianças indígenas desfrutam dos rios e procuram os animais para brincar e partilhar a vida com eles. Quando ficam adultas, já conhecem os animais que vão lhes servir de companhia e de alimento. Protegem a terra e cuidam dela como “alguém” que lhes dá vida. É sua mãe. Ela os fortalece e lhes oferece espaço para viver. Ao andar pelas trilhas, conhecem cada centímetro de seus caminhos.

Os povos indígenas continuam resistindo. A Amazônia continua linda tanto para eles como para o mundo. O papa disse-lhes em Puerto Maldonado: “Esta terra não é uma terra órfã. Ela tem mãe”.

Os indígenas não se sentem donos ou proprietários da terra. Não a compraram nem vão vendê-la. São “possuídos” pela terra. No documento *Querida Amazônia*, assim como na *Laudato Si'*, o papa insiste nessa ecologia interconectada.

4. INFORMAÇÕES E MITOS A SUPERAR

A partir de Leonardo Boff, que, juntamente com outros cientistas, foi autor da *Carta da Terra* no ano 2000, levanto alguns pontos que nos ajudam a desfazer certos mitos (CARTA..., [2000]).

O indígena não é “genuinamente natural” e, portanto, não vive em perfeita harmonia com a natureza, seguindo sempre critérios naturais. Essa “ecologização” do indígena é o resultado do imaginário urbano, fatigado pela tecnologia excessiva e pelo artificialismo da vida. Os indígenas amazônicos são humanos como qualquer outro ser humano e, como tais, interagem com o meio ambiente.

Paradoxalmente, a Amazônia também é um dos lugares que mais sofrem violência. Podemos ver nela, de forma escancarada, a

face brutal do sistema capitalista. Ali surge o gigantismo do espírito da modernidade, a racionalização do irracional e a implacável lógica do sistema antinatureza.

Há também a relação entre as culturas indígenas e a economia. Esses povos desenvolveram um manejo sustentável da selva, respeitando sua singularidade, embora a tenham modificado um pouco para cultivar vegetais que lhes eram úteis.

Contudo, o sistema que predomina nessas regiões tão ricas em vida constitui uma forma de produção/destruição terrivelmente predatória, com o uso intensivo de tecnologias contra a natureza. Com a mineração, atinge-se o subsolo. É declarada guerra contra a flora e a fauna, e são atingidas populações originárias e adventícias. A força do trabalho é muito explorada, até de forma escravagista, visando a uma produção que vai abastecer o mercado mundial.

Infelizmente, essa selva exuberante é extremamente frágil, pois está em um dos solos mais pobres do planeta. Sem a floresta, esse bioma se transformaria em cerrado ou em deserto, como já aconteceu em outros continentes.

5. “NÓS ESPERÁVAMOS...” (Lc 24,21)

Retornando aos desafios do Sínodo Amazônico, buscamos a imagem evangélica de Cléofas e seu companheiro, que se encontravam desanimados porque o sentido da vida deles havia acabado. Tinham seguido seu Mestre para quê? Agora se recolhem e voltam para sua terra, Emaús.

Como eles, tínhamos muitas esperanças no Sínodo para a Amazônia e na exortação papal. No entanto, desapareceu o sonho de sair de uma Igreja clerical para uma Igreja mais ministerial.

A segunda parte do quarto sonho da exortação papal não é muito coerente com tudo o que foi dito antes sobre a inculturação e o espírito sinodal. Alguns acreditam que, nesses parágrafos, entrevistaram outros autores e outras canetas. Será que teremos de esperar por outro Sínodo?

Continuamos na esperança e reconhecemos o Senhor quando o sentimos ao nosso lado, abrindo nosso coração à realidade e à sua Palavra. Assim, ele ficará para jantar conosco (Lc 24,25-30).

A exortação papal vem nos consolar. Fala de processos que levam tempo, diz que é preciso ter paciência e fazer bom discernimento. A verdade é que já se poderia ter decidido o que a assembleia definiu e votou por maioria.

“Uma Igreja em saída”, insiste o papa. Sair primeiro de nós mesmos e com menos bagagem de catecismos, códigos, rituais e costumes medievais de outras épocas. Sair, sim, mas sendo mais livres e simples, identificados com o povo, como Jesus orientava seus missionários.

6. “O QUE IMPEDE QUE EU SEJA BATIZADO?” (At 8,36)

Essa pergunta foi feita pelo ministro da rainha da Etiópia ao diácono Filipe. Imaginamos aquela evangelização itinerante como uma “forma”. Nós nos lembramos da teologia sacramental e perguntamos: estaria faltando a “matéria” do batismo? Na beira do caminho foi encontrada água. Combinaram, e o novo seguidor de Jesus foi sacramentado.

Podemos dizer que já temos “matéria” e “forma” em muitas comunidades da Amazônia. Nesse caso, o que impede que sejam confirmadas e celebrem seus ministérios? É claro, com maior participação de homens casados e também de mulheres diaconisas e presbíteras.

Algumas comunidades já estão preparadas. Se ministério é serviço, o indígena e esses povos têm elevado sentido da vida como serviço e uma relação intensa entre eles e com o meio ambiente. Em seus amplos espaços abertos, há pouco lugar para a marca pessoal fechada e para o individualismo.

Os últimos números da *Querida Amazônia* tratam das mulheres. Parece infundado dizer que, se as mulheres receberem o sacramento

da ordem, serão muito clericalizadas e rebaixarão seus valores. Não há base para esse medo. Em outras Igrejas cristãs, essa prática está mais avançada.

Em relação aos ministérios, no final do documento, sentimos falta de uma resposta concreta do papa, que se dispôs a seguir com paciência no meio do seu rebanho.

Continuamos em estado de criatividade, cuidando dos sonhos e boas fantasias ao experimentarmos algo do futuro de nossas Igrejas. Para alcançar outras decisões, cabe-nos praticá-las nas bases. Isso aconteceu antes do Concílio Vaticano II. Os movimentos bíblico, litúrgico e ecumênico, pouco aceitos pelas autoridades eclesásticas, foram depois reabilitados. E prepararam a convocação “ingênua ou meio louca” do Concílio Vaticano II por João XXIII.

Uma exortação realmente breve teria sido mais sinodal, apenas para confirmar aquilo que seus irmãos bispos haviam concluído no *Documento final*. Houve mais de dois terços dos votos obtidos, mesmo em questões polêmicas, e isso fora combinado. Ficaria mais claro, também, pelo fato de ter sido coletado nas bases e nas Igrejas locais durante a preparação. Testemunhos, poemas e outros novos aspectos que aparecem na *Querida Amazônia* estariam mais bem situados no *Documento final*.

7. TEOLOGIA NOVA E SINODAL

Dom Heiner Wilmer, jovem bispo de Hildesheim, na Alemanha, afirma que “somente uma nova teologia pode salvar a Igreja. O poder clerical com seus abusos e a falta de respeito sexual destroem o catolicismo. Parece que esse poder está no DNA da Igreja” (PONGRATZ-LIPPIT, 2019).

“Os povos indígenas continuam resistindo. A Amazônia continua linda tanto para eles como para o mundo.”

Uma teologia razoável ajuda a sentir melhor e a compreender os mistérios de um Deus pragmático como o nosso. É possível viver uma teologia nova, mais sinodal e inculturada em todas as Amazônias.

No contexto sinodal, teremos de esperar para ver se essa teologia, como “criatura esperada”, vai nascer antes de ser nomeada. Inicialmente, é a prática. Assim se explica a teologia contextual, a da libertação, a do povo e as outras mais atuais. As teologias mais vivas afirmam que primeiro é a fé e a vida do povo, seu contexto e prática da libertação.

Uma nova teologia não pode ter uma leitura redutora da mensagem cristã. A nova teologia deve tornar-se mesclada com uma natureza tão aberta e comunitária como a da Amazônia. Uma Igreja simples na fé e profunda na teologia precisa de um estudo sério, partindo da Bíblia e contando com o *sensus fidei*, o instinto comunitário de fé que ajuda a discernir o que realmente vem de Deus (EG 119).

8. AUTONOMIA ECLESIAL

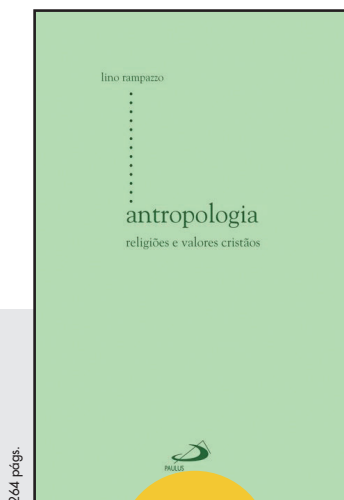
Algumas pessoas proeminentes na Igreja se sentem com um poder sagrado mais do que outras. Querem ter a última palavra. Se deixarmos essa vaidade, poderemos respirar uma atmosfera autônoma, mais livre e menos clerical, dando maior protagonismo ao povo.

Todos formamos os fios do tecido eclesial. Mediações pouco necessárias passaram a interferir, ao passo que o Evangelho deve ser nossa raiz, o fio condutor e a pedra angular. Foram os simples e os pobres que emocionaram o coração de Jesus e o fizeram saltar de alegria, pois já viviam o Reino do Pai (Lc 10,21-24). Ele os consolava e os convidava a segui-lo, quando os via cansados e aquebrados por humilhações e por uma religião pesada (Mt 11,25-30).

No início do cristianismo, as reflexões, os ministérios e serviços eram bastante abertos. Não foi a uniformidade que prevaleceu.

Antropologia: religiões e valores cristãos

Lino Rampazzo



**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Esta obra serve de subsídio para as disciplinas que necessitem de conteúdos sobre a cultura religiosa e a ética; ao mesmo tempo, quer abrir-se a um diálogo sem fronteiras sobre os valores mais significativos que dignificam o ser humano na atual sociedade, caracterizada por mudanças rápidas e profundas.



**Aponte a câmera do
seu celular e confira a
degustação do livro!**

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

9. O INTERCULTURAL E O ENCONTRO

O intercultural, na evangelização, significa mais que simples inculturação unidirecional, porque expressa a relação circular de ida e volta. Existem várias culturas que interagem com o outro e com sua fé. Nas sociedades atuais, somos convidados pela própria realidade ao encontro, que é a expansão natural da fraternidade e da alegria. Precisamos reconhecer o intercultural no relacionamento com as outras religiões, abandonar nossos privilégios e aceitar a laicidade da vida e da sociedade, sem heranças intervencionistas ou neocoloniais.

O mundo amazônico vive suas próprias religiões. O papa, em uma entrevista, respondeu de maneira clara: “Podemos reconhecer o que o Espírito semeou no coração de outras pessoas. Isso é um dom para nós”. No horizonte e na prática, maior ecumenismo é sempre possível. São Paulo VI já o sinalizava na encíclica *Ecclesiam Suam*: “O nosso diálogo não deve ter limites nem cálculos” (ES 42).

Não podemos, por exemplo, ver idolatria na figura da *Pachamama*, a Mãe Terra nas culturas andinas, nem no culto aos ancestrais das celebrações de matriz africana. São manifestações do sublime e da santidade. São entidades que, unidas à terra, à água, ao ar e ao sol, encarnam os elementos básicos da nossa vida e de nossa felicidade.

As religiões fixadas em estruturas externas e em apoios revelados às vezes perdem sua profundidade espiritual. Sendo históricas e personalistas como o cristianismo, quando impõem suas certezas, tornam-se mais autorreferenciais do que outras religiões naturais.

A feliz liberdade é a marca espiritual das bem-aventuranças, contra todos os tipos de escravidão e dependência. A fé cristã precisa respirar liberdade e dela cuidar. Essa foi a luta de Paulo na sua enérgica reação encontrada na carta aos Gálatas.

10. “OUTRA NORMALIDADE” PODE AJUDAR O SINODAL

Depois dos grandes problemas da pandemia, teme-se que tudo volte à mesma normalidade. Esperamos que os “novos caminhos da Igreja na Amazônia” não sigam uma normalidade “eclesiásticoide”.

A pandemia nos adiantou uma imagem do que a Igreja poderá ser em dez ou vinte anos. O futuro a ser focado já está aqui, com outros ângulos. Algo diferente do cristianismo tradicional. Comunidades recolhidas em espaços menores, mais generosas e dialogantes. Humildes por viver, como todo o mundo, correndo riscos. Assim, participaremos numa Igreja mais essencial, corresponsável e ministerial, que destaque o serviço libertador da caridade e o testemunho da Palavra do Senhor.

Na maravilhosa *Carta ao povo de Deus*, de 22 de julho de 2020, um grupo de bispos brasileiros reconheceu que “a pandemia nos tornou mais humanos e solidários” (PEREIRA *et al.*, 2020).

Junto com outros valores, precisamos redescobrir também as casas e as famílias como lugares de encontro com o Senhor e com os irmãos.

11. MINISTÉRIOS QUE JÁ ESTÃO AGINDO E SERVINDO

O Sínodo para a Amazônia era para reconhecer e ampliar os serviços e ministérios que já estão atuando nas comunidades. No meio do povo, há muita criatividade na pastoral da caridade e da solidariedade. Vemos também que, na dimensão celebrativa, se praticam as bênçãos e alguns sacramentais, quase como sacramentos dos mais pobres.

O papa não confirmou o que foi aprovado pela maioria no Sínodo. Aí estaria a audácia a que nos convidava no início da *Querida Amazônia*.

Assim, a clericalização e o “mito do padre” vão manter-se imunes por um bom tempo. É verdade que, no número 84, o papa orienta

para uma disciplina sacramental generosa, que se aproxime dos pobres e dos abandonados da Amazônia. Repete o que diz na exortação *Alegria do Evangelho* (EG 49; 305). Todos se sentiriam compreendidos e integrados, chegando a uma misericórdia concreta, e não apenas romântica. Isso também poderia aplicar-se aos ministérios tão necessários.

A *Querida Amazônia* anima a continuar melhorando as atitudes atuais, mas não responde à renovação ministerial concreta nem às reformas estruturais de que a Igreja precisa.

12. UMA FORMA MAIS SINODAL E MENOS CLERICAL

Na teologia tradicional mais robusta, é pelo batismo que todos somos configurados a Cristo rei, profeta e sacerdote. Ao final da oração eucarística, na doxologia, repete-se: “Por Cristo, com Cristo e em Cristo...”. O mediador é Jesus Cristo, e não o sacerdote. O povo de Deus lhe agradece por oferecer e transubstanciar sua vida, e não apenas o pão e o vinho. Que ação misteriosa!

Nos pressupostos da inculturação na *Querida Amazônia* (QA 6), a experiência encarnada de padres casados parecia antecipar-se, mas isso não foi incorporado nas decisões finais. Sabemos que o celibato na Igreja latina é apenas uma lei disciplinar. Foi decretado no início do segundo milênio. Disciplina sempre problemática e mais questionada agora, quando os crimes de alguns clérigos em relação à pedofilia foram descobertos.

A cultura indígena não consegue entender o homem adulto celibatário. É o que conta dom Erwin Kräutler, bispo emérito no Xingu, a Leonardo Boff:

Não sei se já lhe contei o que aconteceu comigo uma vez na minha primeira visita como bispo a uma aldeia caiapó. O chefe perguntou: *Aprô*, “e sua esposa?” Eu respondi: *Iprókê*, “sem esposa”. Ele me olhou um pouco desconfiado. Novamente voltei

lá e ele me fez a mesma pergunta. Então eu respondi: *Onij*, “está muito longe”. E ficou com pena... Acredito que Deus me perdoou a mentirinha que realmente me aproximou mais dos indígenas. Mais tarde, a esposa do chefe me adotou como *Ikra*, “filho”. Não é lindo?⁴

No *Documento final* (n. 111) aparecem as disposições e critérios para orientar os homens casados aptos a serem padres em regiões remotas da Amazônia. Como a proposta é difícil, aparece em parágrafos muito longos e depois de muitos preâmbulos e condicionantes.

Tempos atrás, fui de canoa até a outra margem do rio Araguaia, acompanhando uma irmã que atuava na pastoral da criança. Seguiu conosco uma jovem pastora da Igreja batista que visitava, todas as semanas, a comunidade de Macaúba, na ilha do Bananal. Percebi que, com uma visita fugaz, nossa Igreja oficial chega com seu padre a lugares distantes apenas duas ou três vezes por ano. São as tais *desobrigas*, quando os católicos cumprem determinados ritos, ficando “des-obrigados” dos deveres sacramentais de serem batizados, casados pelo padre, confessados e comungados.

O clero, como funcionário do sagrado, vive muitas vezes marcado pela administração e pela “desinculturação”. Não está, de forma natural, vinculado à vida e à cultura do povo. Seu modo profissional não é transparente. Sua vida afetiva e até mesmo sua formação o isolam e o tornam mais controlável pelas autoridades eclesásticas.

José Comblin, grande teólogo da América Latina, ajudou a organizar uma formação eclesástica diferente, que recebeu o nome de *teologia da enxada*. Foi uma experiência inovadora, por unir o trabalho braçal dos candidatos e agentes de pastoral com uma teologia encarnada.

⁴ Evento “Diálogos CDDH”, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, junho de 2018.

“É preciso abrir espaços para um ministério sacerdotal ampliado, com o protagonismo de leigas e leigos, que possam presidir as celebrações.”

A prioridade na renovação sinodal deveria focar-se nas leigas e leigos, que são maioria nas comunidades, como o papa reconhece na *Querida Amazônia* (QA 93-94).

13. UMA MISSÃO LIMITADA

Se predeterminarmos os ministérios, já estamos limitando a missão. A ordenação de homens casados exigiria uma renovação profunda do ministério em sua relação com o povo de Deus, senão atrasaria a missão e a reforma mais radical do serviço sacerdotal. Essa decisão não seria apenas por falta de sacerdotes, mas por ser mais coerente com a realidade existencial e com o Evangelho.

Será que o Senhor está ciente da falta de membros do clero em nossa Igreja? Será que é isso que está faltando? É preciso abrir espaços para um ministério sacerdotal ampliado, com o protagonismo de leigas e leigos, que possam presidir as celebrações. E que as celebrações realizadas por mulheres sejam verdadeiramente reconhecidas. Hoje nossas comunidades vivem do trabalho dedicado das mulheres, algumas vezes ultrapassando 80% dos participantes. As congregações religiosas foram e ainda são o rosto próximo, o coração e os braços acolhedores do povo na pastoral, na saúde e na educação.

Há um princípio importante que relativiza normas e direitos: “A necessidade não conhece leis”. Ou melhor, a vida em primeiro lugar. Temos notícias da existência de 280 presbíteras católicas em oito países, reconhecidas pela Associação de Presbíteras Católicas Romanas. Antes houve ordenação de mulheres na Tchecoslováquia comunista.

O princípio jurídico do subsidiário poderia ser aplicado mais vezes nas comunidades eclesiais. Intervir de fora só quando for necessário,

porque, em suas bases, as entidades menores deveriam ter suficiente autonomia e responsabilidade. Somos fios e tramas da mesma rede. Até a floresta amazônica é variada e tem de se apoiar mutuamente. É preciso dar valor aos diferentes carismas e dons, todos desenhados pelo “Espírito do mesmo Senhor”.

14. “O QUE FAZER AGORA?”

É o que o povo se perguntava em Atos (2,37), depois de sentir-se atingido no coração pelo discurso de Pedro sobre o assassinato de Jesus. Em outras circunstâncias, deveríamos fazer essa pergunta a nós mesmos.

O *Documento final* (n. 90) descreveu a assembleia sinodal como um momento de graça que avançou na escuta, no diálogo e no discernimento até a fase de implementar decisões. Na *Querida Amazônia* existem poucas decisões confirmadas. Falta a ação tão solicitada também pela comunidade leiga.

As Igrejas vivas e as comunidades eclesiais de base (CEBs) assinalam essa experiência comunitária que reconhece os pobres como sujeitos ativos e protagonistas. A doutrina oficial não costuma dizer isso. É algo novo o fato de o papa o expressar quando se dirige aos movimentos populares, como ocorreu na Bolívia: “Vocês são o poder da mudança social”.

Antes de ser chamada Caminho, a prática dos seguidores de Jesus era conhecida como “forma e estilo de vida”, com uma capacidade singular de respeito, acolhida e integração.

Pedro Casaldáliga, que optou por ser “povo no meio do povo”, na sua consagração como bispo, escolheu o lema: “Humanizar a humanidade”. Chegara, com um estilo de vida bem simples, a uma região abandonada, às margens do rio Araguaia. Na sua ordenação episcopal, apresentou-se de sandálias. A mitra foi substituída por um chapéu de palha e, como báculo, recebeu um remo para se apoiar e continuar navegando...

Algumas propostas que foram levantadas no final do Sínodo serão desafiadoras na prática. Como funcionará a Conferência Eclesial da Amazônia, para torná-la verdadeiramente eclesial, e não formada, de modo especial, por bispos e autoridades? Como implantar uma Universidade Amazônica para abraçar a “universalidade ativa”, característica de qualquer universidade, mantendo diálogo com a ciência, com a sociedade civil e com as culturas indígenas?

No rito amazônico não é preciso gastar muita energia. Em várias celebrações, já acolhemos danças, músicas, gestos, teatro, poesia e elementos artísticos do povo.

15. DESAFIOS PARA A IGREJA

15.1. Ir ao essencial

O primeiro desafio é a vida com Jesus Cristo. Para nós, cristãos, vale muito o que Paulo escreveu na carta aos Gálatas: “Não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim” (2,20). Na *Querida Amazônia*, o papa destaca o anúncio missionário indispensável: o Evangelho deve ser o primeiro, o central e o único caminho (QA 62-65).

Existe uma hierarquia nos dogmas e decretos para priorizar o que é mais essencial. O Código Canônico enumera 1.752 cânones. Felizmente, o último cânone afirma que o mais importante é a *salus animarum*, a salvação das almas, isto é, a saúde e a vida das pessoas. Assim, são relativizados todos os demais cânones.

O papa Francisco enquadrou esses direitos e deveres do Código em seu caráter pastoral. Parece resumir tudo ao que dizia o catecismo: “Estes dez mandamentos se encerram em dois: amar a Deus e amar ao próximo”.

15.2. Estar presentes com transparência

A pastoral deve ser presença constante, e não apenas o contato de uma visita feita de vez em quando. Essa presença é, de forma especial, a dos leigos – pelo fato de ser mais

constante e imediata – e vai não só dando um “rosto amazônico”, mas também modelando “o coração, as mãos e os pés”.

As pessoas que coordenam e presidem as comunidades devem, na medida do possível, ser do mesmo lugar. Não deve haver mais as desobrigas. É preciso voltar e permanecer na “Galileia dos gentios”, no concreto da vida, onde tudo começou.

A transparência pode usar métodos democráticos, que não são os ideais, mas orientam para a concórdia e o consenso. Não deve prevalecer a máxima de que “roupa suja se lava em casa”. Hoje os pátios não são tão fechados, e já somos denunciados nos tribunais.

15.3. Sentir-se mais humanos

O documento mais reconhecido do Concílio Vaticano II, sobre a Igreja no mundo, identifica-nos com a humanidade: “As alegrias e as esperanças de todos [...] são nossas” (GS 1).

É a empatia do bom samaritano e a do melhor samaritano que foi Jesus, “comovido nas suas entranhas” diante das multidões carentes, quando chorou pela morte de seu amigo Lázaro (Jo 11,33) e por Jerusalém (Lc 19,41). Jesus, tão humano e com tanto amor, e por isso tão divino.

O poeta Alberto Caieiro (ou Fernando Pessoa) disse que “quem ama não sabe por que ama, nem o que é o amor. Amar é a eterna inocência” (PESSOA, 2011, p. 85).

Muitas comunidades dão grande importância à produtividade pastoral e, às vezes, falham na *sensibilidade humana*. Todos somos pessoas e queremos ser reconhecidos, tratados com respeito e até com carinho por nossos responsáveis.

15.4. Agir com discernimento

Estávamos pouco preparados para essa mudança. Sentimos que a situação social e as ideias estão misturadas e confusas. Também convivemos, na Amazônia e em outros lugares remotos, com essa realidade.

Em crises intrincadas e confusas, o passado e o futuro lutam entre si. Antonio Gramsci levou essa questão para o terreno político, constatando que “nem o velho morreu realmente, nem o novo nasceu ainda”. A pedagogia de Inácio de Loyola reconheceu isso no campo espiritual e tratou-o como discernimento de espíritos. Seguimos peneirando, pois o joio não tem grão nem peso, e a palha é carregada pelo vento. Discernimento é avaliação e oportunidade.

15.5. Educar e ser educados pelo povo

Em hebraico, “aprendizado” e “ensino” vêm da mesma raiz, *lmd*. Ensinar é apenas o longo caminho causal da aprendizagem. Ensinar e ser ensinado. A vocação missionária foi conjugada muitas vezes como o empenho da “conquista das almas” e, inadvertidamente, trazia uma dose de neocolonialismo espiritual.

O Espírito do Senhor, na sua missão trinitária, chegou antes, transbordando seu amor. É comum ouvir religiosas e missionários confessando que, na missão, aprenderam muito mais do que ensinaram. As “pedagogias do diálogo”, como as de Paulo Freire, combinam melhor com o desafio de ver até que ponto ajudamos a construir uma sociedade em que amar não seja tão difícil.

15.6. “Esperançar”

Os cristãos, no final da primeira carta aos Coríntios (1Cor 16,21) e no Apocalipse (Ap 22,17), exclamam em aramaico: *Maran-atha*, “vem, Senhor Jesus!”.

Madalena, a apóstola dos apóstolos, já tinha imaginado que seu amigo estava voltando. O Senhor morreu transbordando de amor. Por isso, somos convidados por Jesus a ser uma *Igreja samaritana*, que cuida das feridas, e também uma *Igreja Madalena*, que corre ou navega por esses rios para anunciar a esperança e a vitória pascal.

Depois dos sonhos e pesadelos, o amanhecer azulado vem chegando. É o que dizia Paulo Freire quando usou a palavra “esperançar”.

No Sínodo para a Amazônia, não foram tomadas decisões mais concretas. Perguntamos se merecíamos isso e se vai reviver o que parece ter sido congelado.

CONCLUSÃO

Como conclusão, devemos voltar a Isaías, quando anunciou novo amanhecer a seus conterrâneos exilados na Babilônia: “Não fiquem lembrando o passado, não pensem nas coisas antigas. O que vem é muito melhor” (Is 43,18-21).

Hoje temos novos mártires da esperança, como Santo Óscar Romero, de El Salvador, padre João Bosco Penido Burnier, jesuíta do Mato Grosso, Chico Mendes, ambientalista, padre Josimo, da CPT, Vicente Cañas, irmão jesuíta que vivia com os indígenas, a camponesa Margarida Alves e a irmã Dorothy Stang...

Como esse Sínodo poderá avançar? O que acontecerá quando as diferentes correntes de outros sínodos chegarem ao poderoso refluxo do centro romano? Vai surgir alguma “pororoca”?

Quando o Senhor perguntou a Jeremias: “O que você vê?”, o profeta respondeu: “Vejo uma amendoeira em flor”. E Deus continuou: “Você está certo, porque estou velando para que minhas promessas sejam cumpridas” (Jr 1,11-12). As amendoeiras vestindo flores, saindo do inverno, são uma chamada que madrega para a vivência da fé e da esperança.

O Senhor realiza seu projeto no momento certo e sabe extrair o bem do mal. Ele não se esquece de nós. Não nos esqueçamos dele nem da sua esperança, que vai florescer em uma Igreja mais sinodal! **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTA da Terra, 2000. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/texto-da-carta-da-terra.html>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium*: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (EG), 24 nov. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 12 ago. 2022.

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'*: Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum (LS). São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Querida Amazônia* (QA). Brasília, DF: Edições CNBB, 2020.

MANDREOLI, Fabrizio. Ivan Illich: imaginar o ministério. Tradução: Luisa Rabolini. *Instituto Humanitas Unisinos*, 15 maio 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598997-ivan-illich-imaginar-o-ministerio-artigo-de-fabrizio-mandreoli>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PAULO VI, Papa. *Ecclesiam Suam*: Carta Encíclica sobre os caminhos da Igreja (ES), 6 ago. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html. Acesso em: 12 ago. 2022.

PEREIRA, D. Adolfo Zon *et al.* *Carta ao povo de Deus*, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.justicapaz.org/portal/download/carta-ao-povo-de-deus-22-7-2020-com-assinaturas/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

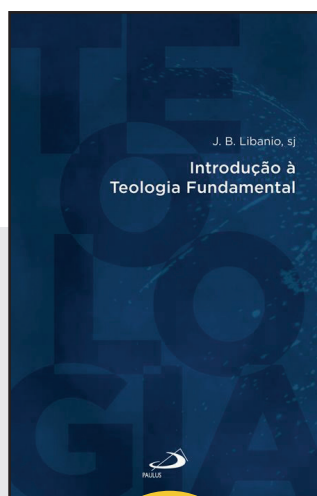
PESSOA, Fernando. *Poemas completos de Alberto Caieiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

PONGRATZ-LIPPIT, Christa. Bispo alemão afirma que somente uma nova teologia pode salvar a Igreja. *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590389-bispo-alemao-afirma-que-somente-uma-nova-teologia-pode-salvar-a-igreja>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA. *Documento final*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2019.

Introdução à teologia fundamental

João Batista Libanio, sj



224 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

A obra aborda os elementos basilares dessa disciplina teológica, seu percurso histórico até a atualidade, suas perspectivas e desafios diante da evolução cultural e do quadro religioso contemporâneo.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br



CAMINHO SINODAL NA IGREJA DO BRASIL

Uma experiência vivida nas CEBs

Sinodalidade é a marca da eclesiologia do Concílio Vaticano II, sob o signo da colegialidade, retomada agora com novo vigor pelo papa Francisco. A Igreja no Brasil tem longa experiência nesse campo.

O papa Francisco nos lembra a afirmação de São João Crisóstomo de que Igreja e Sínodo são sinônimos (FRANCISCO, 2015), e o mesmo podemos dizer sobre sínodo e pastoral. Essa consciência da necessidade de caminhar juntos na prática pastoral, apesar de um tanto óbvia, só se tornou mais explícita após o Concílio Vaticano II, quando a colegialidade emergiu como um imperativo para a caminhada eclesial.

É notório o espírito de ação conjunta, no governo e na missão da Igreja, suscitado pela totalidade dos documentos conciliares. A colegialidade, num primeiro olhar, parecia uma perspectiva que abarcava apenas a relação dos bispos entre si e com o papa. No período pós-conciliar, essa perspectiva evoluiu para a tratativa da sinodalidade como caminho e alma de toda ação eclesial.

Assim se expressam as Congregações para os Bispos e para a Evangelização dos Povos (I, 3), quando publicam a *Instrução sobre os Sínodos Diocesanos*: “O sínodo contribui também para configurar a fisionomia pastoral da Igreja particular, dando continuidade à sua peculiar tradição litúrgica, espiritual e canônica”.

Na comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, o papa Francisco afirma: “Desde o Concílio Vaticano II até a atual assembleia, temos experimentado, de forma cada vez mais intensa, a necessidade e a beleza de ‘caminhar juntos’” (FRANCISCO, 2015).

Depois de acentuar que, desde o princípio do seu ministério, tem buscado trilhar o caminho da sinodalidade, Francisco destaca os esforços dos seus predecessores nessa direção e arremata brilhantemente:

Devemos continuar por esta estrada. O mundo em que vivemos e que somos chamados a amar e servir, mesmo nas suas contradições, exige da Igreja o reforço das sinergias em todas as áreas da sua missão. O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio (FRANCISCO, 2015).

No Concílio, o termo “colegialidade” foi tratado com muito cuidado, sendo o único a merecer uma nota prévia explicativa sobre seu sentido, no documento sobre a Igreja *Lumen Gentium*. A nota prévia exprimia o temor de que o primado petrino, no exercício do ministério do bispo de Roma, pudesse sofrer arranhões devido ao caráter colegial de condução da Igreja. Disso decorrem tantas reflexões sobre a possibilidade do exercício democrático do poder na Igreja.

No pós-Concílio, vivemos momentos de uma tensão bipolar, ora tendente mais para a perspectiva centralizadora, ora mais para a sinodalidade. Os textos do Concílio Vaticano II eram usados para defender tanto uma postura como a outra. Sem dúvida, no entanto, o conceito de Igreja local ou particular, reconhecendo que esta é plenamente Igreja e não pedaço da universal, garantiu uma perspectiva de pluralidade eclesial muito importante, dando força à sinodalidade. Tal conceito suscitou reflexões sobre a inculturação e a possibilidade de regiões terem seu rosto eclesial típico, como vemos atualmente no caloroso debate sobre o rosto próprio da Igreja na Amazônia. Também o esquema aprovado no Concílio para o tratado *De Ecclesia*, que antepõe o conceito

de povo de Deus ao de hierarquia, favoreceu uma visão mais descentralizada de Igreja, mais multiforme e dinâmica.

Como o teólogo Mario de França Miranda tão bem sintetizou, a sinodalidade eclesial passa pelo resgate da cidadania dos leigos, sobretudo quando estes assumem seu papel na animação e condução dos caminhos da Igreja. A sinodalidade é uma forma concreta de enfrentar o tão nocivo clericalismo na condução da Igreja. Nessa perspectiva, a participação de todos vai gerando mecanismos de descentralização, extremamente necessária para a sinodalidade. Isso se evidencia na *Lumen Gentium* de forma transparente, em diversas afirmações: todos os fiéis participam também, a seu modo, do sacerdócio de Cristo (LG 10; 34–36), gozam de “verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum” (LG 32), são sujeitos constitutivamente ativos pelo simples fato de terem sido batizados (LG 33) e devem ser ouvidos pela hierarquia com uma presença ativa no governo da Igreja (LG 37). De fato, o Concílio reconhece a importância do *sensus fidei* de todos na Igreja, do qual a Igreja não pode prescindir (LG 12), uma vez que sua tradição cresce pela íntima compreensão das verdades transmitidas por parte de todos (DV 8) (MIRANDA, 2017).

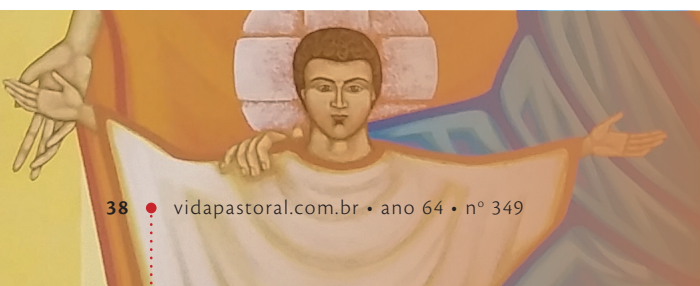
Vale aqui a formulação do papa Francisco, resgatada por Miranda (2017): “O *sensus fidei* impede uma rígida separação entre *Ecclesia docens* e *Ecclesia discens*, já que também o Rebanho possui sua ‘intuição’ para discernir as novas estradas que o Senhor revela à Igreja” (FRANCISCO, 2015). A essa reflexão de Francisco o teólogo adiciona outra, tirada de EG 102: “A imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. Ao seu serviço, está uma minoria: os ministros ordenados”.

Creio que a palavra-chave para detectar o espírito sinodal que perpassa o Concílio é “participação”. Desde a *Sacrosanctum Concilium*, o primeiro documento exarado na segunda seção do Concílio, a participação aparece de maneira contundente, quando é afirmada a necessidade de promover a educação litúrgica e a participação ativa de todos nas celebrações (SC 14–20). O n. 41 da mesma constituição conciliar apresenta sua razão teológica: “[...] a principal manifestação da Igreja se realiza na plena e ativa participação de todo o povo santo de Deus nas celebrações litúrgicas [...]”. Seguem-se várias outras normas que querem tornar a participação dos fiéis “consciente, ativa e fácil” (SC 79).

Também de caráter teológico, é significativo o embasamento dado pela Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, quando diz, no seu n. 33: “O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvífica da Igreja [...]”. Esse pensamento é ratificado no Decreto sobre os Presbíteros *Presbyterorum Ordinis*, quando recomenda aos presbíteros a colaboração com os leigos e lhes pede que “[...] reconheçam e promovam sinceramente a dignidade dos leigos e sua participação própria na missão da Igreja [...], incentivem com entusiasmo os multiformes carismas dos leigos, dos modestos aos mais elevados [...], entreguem com confiança tarefas aos leigos para o serviço da Igreja [...]” (PO 9).

Enfim, participação é a palavra propulsora do espírito de sinodalidade que marca o Concílio em diversos dos seus documentos. Participação na sociedade, como indica a *Gaudium et Spes*, participação nas celebrações, de acordo com a *Sacrosanctum Concilium*, e participação na missão mesma da Igreja, de acordo com a *Lumen Gentium*.

“A SINODALIDADE É UMA FORMA CONCRETA DE ENFRENTAR O TÃO NOCIVO CLERICALISMO NA CONDUÇÃO DA IGREJA.”



Os conselhos são organismos que favorecem a aplicabilidade do caminho sinodal indicado pelo Concílio em diversos âmbitos da vida eclesial, nos quais a participação de todos se operacionaliza. Trata-se de proposta assumida pela Igreja no Brasil de maneira bastante contundente. Os bispos brasileiros escreveram:

O protagonismo do cristão leigo requer profundas mudanças no estilo de governo e no exercício da autoridade por parte da hierarquia, para permitir e encorajar a comunhão, a participação e a corresponsabilidade dos leigos na tomada de decisões pastorais, valorizando o voto dos conselhos pastorais e a presença ativa dos fiéis em sínodos e concílios particulares, conforme está previsto por documentos oficiais da Igreja (CNBB, 1999, n. 190).

Esse pensamento é corroborado pela Exortação Pós-sinodal *Christifideles Laici*, do papa São João Paulo II, que encoraja a participação dos fiéis leigos nos conselhos pastorais diocesanos, afirmando que tal participação poderia aumentar o recurso à consulta e fazer que o princípio de colaboração – que, em determinados casos, também é de decisão – encontre uma aplicação mais vasta e mais incisiva (JOÃO PAULO II, 1989, n. 39).

Com certeza, o acento posto pelo Concílio na análise e na solução dos problemas pastorais, com o contributo de todos, deve encontrar seu progresso adequado e estruturado na valorização, cada vez mais convicta, ampla e decidida, dos conselhos pastorais paroquiais.

Na história dos planejamentos pastorais da Igreja no Brasil, temos o exemplo mais concreto de sinodalidade. É certo que, antes mesmo do Concílio, o Plano de Emergência, feito para vigorar de 1962 a 1965, já trazia a pastoral de conjunto como um de seus

pilares. Influenciados pela reflexão pastoral da Igreja na França, os bispos do Brasil afirmavam que a *pastorale d'ensemble* era o caminho urgente para toda a Igreja.

O Plano de Emergência definia a pastoral de conjunto como “o esforço global e planejado, visando à evangelização de áreas na Igreja de Deus”. Apresentava como justificativas a necessidade de pastores autênticos e atualizados e a exigência de visão global – por vivermos numa época do comunitário, no qual o isolamento é despropositado e perigoso – e propunha, como raiz teológica da pastoral de conjunto, a teologia do corpo místico. Também afirmava que a pastoral de conjunto se estrutura em plano geral para fazer surgir os trabalhos locais; organiza-os e dá-lhes vitalidade, como condição essencial ao realismo dos trabalhos na esfera mais alta. Um planejamento flexível, corajoso, realista, com subseqüentes e constantes avaliações de resultados e revisões de metas, garante o funcionamento da pastoral de conjunto. E na base da pirâmide encontra-se a célula paróquia, arrematava o Plano de Emergência (CNBB, 2004a).

Contudo, foi, sem dúvida, o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), elaborado durante a última sessão do Concílio Vaticano II, em dezembro de 1965, que revelou com clareza absoluta o espírito de sinodalidade adotado pelos bispos do Brasil na caminhada pastoral de nossa Igreja.

Aprovado na 7ª Assembleia Geral Extraordinária da CNBB, reunida em Roma durante os três meses da última sessão conciliar, o PPC constituiu um marco definitivo na caminhada pastoral e evangelizadora da Igreja no Brasil. Ele traz, no início, um trecho da exortação de São Paulo VI ao episcopado latino-americano, por ocasião do décimo aniversário do Celam (24/11/1965), sob o título de *A ação pastoral na América Latina*. A exortação chama a atenção sobre o necessário *aggiornamento* e apresenta três critérios de ação: 1º) caráter extraordinário da ação

“NA HISTÓRIA DOS
PLANEJAMENTOS PASTORAIS
DA IGREJA NO BRASIL, TEMOS
O EXEMPLO MAIS CONCRETO
DE SINODALIDADE.”

pastoral “pelo empenho sério e profundo (*sic*) que lhe será dispensado, pelas formas de ação decididas e rápidas que se colocarão em movimento para tornar mais difundido o Evangelho e [...] pelo emprego dos homens aos quais se recorrerá”; 2º) caráter unitário: como os problemas de hoje são gerais, requerem soluções de conjunto. Consequente valorização de órgãos colegiais; 3º) caráter planejado: evitar acomodação e empirismo, definir prioridades, criar secretariados de coordenação (CNBB, 2004b).

Para viabilizar a pastoral de conjunto, o plano previsto para 1966–1970 apresentava seis linhas fundamentais de ação, baseadas nos principais documentos do Concílio Vaticano II: 1ª) eclesiologia de comunhão – tendo como fundamento e inspiração o documento *Lumen Gentium*; 2ª) eclesiologia de missão – a ação missionária à luz do decreto *Ad Gentes*; 3ª) eclesiologia catequética – a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica à luz da Constituição Dogmática *Dei Verbum*; 4ª) eclesiologia orante e celebrativa – a ação litúrgica à luz da constituição *Sacrosanctum Concilium*; 5ª) eclesiologia ecumênica – a ação ecumênica à luz do decreto *Unitatis Redintegratio*; 6ª) eclesiologia profética – a melhor inserção do povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios divinos, à luz da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

Dessa forma, o Plano de Pastoral de Conjunto dava consistência à caminhada pastoral da Igreja no Brasil sob o signo da

sinodalidade; um caminhar junto rumo a uma Igreja mais coesa e fraterna em todos os seus empreendimentos evangelizadores. É interessante notar que a perspectiva das seis linhas fundamentais de ação do Plano de Pastoral de Conjunto também serviu para configurar a CNBB, que mantinha secretariados em torno desses seis eixos e, com base neles, se relacionava com todos os regionais espalhados pelo território nacional. Por longos anos, esse processo serviu para dar coesão também à Igreja toda no Brasil.

O exercício da sinodalidade pastoral fluía, imprimindo um dinamismo profundo a toda a Igreja no país. Vale lembrar que a Igreja no Brasil foi a única a sair do Concílio Vaticano II com um plano de pastoral efetivo para trabalhar a recepção conciliar. O espírito da sinodalidade se efetivava assim na prática.

Passado o período de vigência do Plano de Pastoral de Conjunto, a sinodalidade na Igreja no Brasil passou a ser garantida pelas Diretrizes, que, por vinte anos, foram denominadas Diretrizes Pastorais, passando depois a Diretrizes da Ação Evangelizadora. Até hoje temos esse esforço conjunto de nossa Igreja, iluminando a caminhada evangelizadora de todas as Igrejas locais. Depois das seis linhas fundamentais de ação pastoral, passou-se para as exigências da evangelização (serviço, diálogo, anúncio e testemunho da comunhão), e posteriormente a proposta de organização pastoral girou em torno das cinco urgências evangelizadoras (1. Igreja em estado permanente de missão; 2. Igreja: casa da iniciação à vida cristã; 3. Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral; 4. Igreja: comunidade de comunidades; 5. Igreja a serviço da vida plena para todos).

Dando continuidade a esse esforço de uma pastoral mais bem articulada e voltada aos desafios do momento presente, as mais recentes *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2019-2023* destacam a questão urbana como a grande questão atual a ser enfrentada, com métodos e estratégias

facilitadoras do anúncio da Boa-nova nas grandes metrópoles até os mais recônditos rincões aonde a cultura da cidade chega e penetra profundamente. Os bispos propõem a metáfora da Igreja-casa, com portas abertas, para o fomento de uma Igreja verdadeiramente em saída missionária. Essa Igreja é sustentada por quatro pilares, em profunda sintonia com a eclesiologia conciliar: 1) Palavra – toda a animação bíblica da vida e da pastoral; 2) Pão – a dimensão orante e celebrativa da vida eclesial; 3) Caridade – uma Igreja voltada à realidade dos mais pobres e descartados pela sociedade capitalista neoliberal; 4) Ação missionária ou, mais simplesmente, missão – o desafio de uma Igreja já não autorreferenciada, centrada em si mesma, mas autenticamente em saída, sobretudo em direção às mais diversas periferias existenciais (CNBB, 2019).

É impressionante constatar que já tivemos, de maneira mais contundente, essas quatro perspectivas eclesiais vividas com muita intensidade pelas comunidades eclesiais de base. De maneira profundamente eficaz, para pôr a sinodalidade em prática, na perspectiva da participação dos cristãos leigos e leigas na missão e no governo da Igreja, as CEBs assumiram a defesa da vida em todas as instâncias, promovendo o protagonismo laical no seio da Igreja. Os planos de pastoral e as diretrizes sempre tiveram eco real na caminhada das CEBs. Apesar de os bispos terem preferido, nas atuais *Diretrizes*, a expressão “comunidades eclesiais missionárias”, a nomenclatura CEBs já faz parte de nossa história pastoral, cabendo-nos vencer os preconceitos de muitos e voltar a destacá-las como local concreto da vivência sinodal de todo o povo de Deus.

O Concílio Vaticano II não definiu as CEBs, mas podemos ver, nos textos que falam sobre a liberdade e autonomia laical, alguns dos seus fundamentos:

Os sagrados pastores reconheçam e promovam a dignidade e a responsabilidade dos leigos na Igreja. De boa vontade

utilizem-se do seu prudente conselho. Com confiança entreguem-lhes ofícios no serviço da Igreja. E deixem-lhes liberdade e raio de ação. Encorajem-nos até para empreender outras obras por iniciativa própria (LG, n. 37, § 3).

Cada dia torna-se maior o número de homens e mulheres de diversos grupos e nações que tomam consciência de ser os criadores e autores de cultura de sua comunidade. No mundo inteiro cresce cada vez mais o senso de autonomia e, ao mesmo tempo, de responsabilidades, que é de máxima importância para o amadurecimento espiritual e moral do gênero humano (GS 55).

Salva a devida relação com a autoridade eclesiástica, é direito dos leigos fundarem grupos e dirigirem-nos, bem como se inscreverem nos existentes (AA, n. 19, § 4).

A liberdade, ou seja, a imunidade de coação em matéria religiosa, que compete a cada pessoa individualmente, há de ser-lhes também garantida quando atuam em comum. Pois é a natureza social, tanto do homem quanto da própria religião, que reclama comunidades religiosas (DH 4).

Com base nessas referências conciliares, pode-se tentar uma definição desse modo de ser e atuar eclesialmente: uma Igreja nascida da comunhão de batizados, coordenada por comunidades surgidas por iniciativa dos próprios cristãos leigos e leigas, em resposta às suas demandas espirituais, animadas e dirigidas por eles.

Nos documentos eclesiais posteriores ao Concílio, encontramos outras referências que destacam as CEBs como local próprio para viver a sinodalidade na Igreja.

Nessa perspectiva, temos em Medellín a afirmação de que “a vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na comunidade de base” (CELAM, 1968). São Paulo VI destacava as CEBs como forma concreta de viver a comunhão na Igreja, desde a base até a cúpula, na Exortação Pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, de 1975. Puebla reafirma a pertinência das CEBs como espaço concreto de vivência da comunhão e participação de todos, na base da igualdade fundamental de todos os batizados.

Merece destaque o texto com a compreensão de CEBs dada pelo papa São João Paulo II na sua encíclica sobre a missão, a *Redemptoris Missio*, de 1990, pondo em relevo as comunidades eclesiais de base como lugar de partilha dos problemas, em vista de um compromisso comum:

Um fenômeno, com crescimento rápido nas jovens Igrejas, promovido pelos bispos ou mesmo pelas conferências episcopais, por vezes como opção prioritária da pastoral, são as comunidades eclesiais de base (conhecidas também por outros nomes), que estão dando boas provas como centros de formação cristã e de irradiação missionária. Trata-se de grupos de cristãos, em nível familiar ou de ambientes restritos, que se encontram para a oração, a leitura da Sagrada Escritura, a catequese, para a partilha dos problemas humanos e eclesiais, em vista de um compromisso comum. Elas são um sinal da vitalidade da Igreja, instrumento de formação e evangelização, um ponto de partida válido para uma nova sociedade, fundada na civilização do amor (JOÃO PAULO II, 1990, n. 51).

Além disso, destacando as CEBs como instrumento de descentralização e articulação, como espaço de experiência comunitária e de colaboração com todos:

Tais comunidades descentralizam e, simultaneamente, articulam a comunidade paroquial, à qual sempre permanecem unidas; radicam-se em ambientes simples das aldeias, tornando-se fermento de vida cristã, de atenção aos “últimos”, de empenho na transformação da sociedade. O indivíduo cristão faz nelas uma experiência comunitária, onde ele próprio se sente um elemento ativo, estimulado a dar sua colaboração para proveito de todos. Desse modo, elas tornam-se instrumento de evangelização e de primeiro anúncio, bem como fonte de novos ministérios; enquanto animadas pela caridade de Cristo, oferecem uma indicação sobre o modo de superar divisões, tribalismos, racismos (JOÃO PAULO II, 1990, n. 51).

E, por fim, a *Redemptoris Missio* afirma serem as CEBs um espaço de comunhão, de socorro aos pobres, de vivência da unidade:

De fato, cada comunidade, para ser cristã, deve fundar-se e viver em Cristo, na escuta da Palavra de Deus, na oração, onde a Eucaristia ocupa o lugar central, na comunhão, expressa pela unidade de coração e de alma e pela partilha, conforme as necessidades dos vários membros (cf. At 2,42-47). Toda a comunidade – recordava Paulo VI – deve viver em unidade com a Igreja particular e universal, na comunhão sincera com os pastores e o magistério, empenhada na irradiação missionária e evitando fechar-se em si mesma ou deixar-se instrumentalizar ideologicamente. O Sínodo dos Bispos afirmou: “uma vez que a Igreja é comunhão, as novas comunidades de base, se verdadeiramente vivem em unidade com a Igreja, representam uma verdadeira expressão de comunhão ainda mais profunda. Por isso, são um motivo de grande esperança para a vida da Igreja” (JOÃO PAULO II, 1990, n. 51).

Sem dúvida, esse texto do papa São João Paulo II apresenta as coordenadas exatas para viver o espírito da sinodalidade na perspectiva das CEBs. Sendo assim, a articulação dos dois termos – sinodalidade e pastoral – encontra, nas CEBs, um campo próprio de expressão eclesial pós-conciliar.

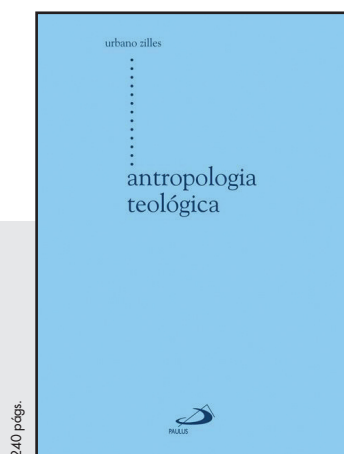
Segundo os bispos do Brasil, atualmente a sinodalidade pastoral passa pelo esforço de enfrentarmos em comunhão os desafios do contexto urbano, servindo-nos da metáfora Igreja-casa, alicerçada sob quatro pilares: 1) Palavra; 2) Pão; 3) Caridade; 4) Ação missionária. Na introdução das Diretrizes que abarcam o período de 2019 a 2023, os bispos afirmam: “As Diretrizes para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil constituem uma das expressões mais significativas da colegialidade e da missionariedade da Igreja no Brasil (CNBB, 2019). E exatamente ao referir-se à missão, as DGAE 2019–2023 a conectam com a sinodalidade:

A missão exige a habilidade de percorrer um caminho sinodal, que é “precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio” (PAPA FRANCISCO, 2015). A sinodalidade significa o “comprometimento e a participação de todo o povo de Deus na vida e na missão da Igreja”, uma vez que “todos são corresponsáveis pela vida e pela missão da comunidade e todos são chamados a operar segundo a lei da mútua solidariedade no respeito dos específicos ministérios e carismas, enquanto cada um desses obtém sua energia do único Senhor (1Cor 15,45)” (CNBB, 2019, n. 39).

A título de conclusão, tomo a perspectiva trinitária da sinodalidade, como o faz o teólogo Mario de França Miranda. O Pai não escolheu um indivíduo isolado, mas um povo para ser seu sinal de salvação na

Antropologia teológica

Urbano Zilles



Imagens meramente ilustrativas.

O livro aborda, em sete capítulos, as diferentes perspectivas da evolução histórica e das categorias filosófico-teológicas da Antropologia, da origem e do fim último do ser humano. O público leitor e os estudiosos encontrarão em seu conteúdo elementos para uma visão da fraqueza e da grandeza humanas à luz da revelação e da fé em Cristo.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

história: o povo de Deus. O Filho escolheu vários colaboradores e colaboradoras como partícipes da sua missão redentora, e o Espírito quis reunir todos os povos, de variadas línguas e culturas, para empoderá-los na missão libertadora e santificadora por todo o universo (MIRANDA, 2018).

Assim, podemos afirmar categoricamente que a pastoral traz a marca da sinodalidade e que esta é a maneira de toda a Igreja ser, na fidelidade à missão trinitária assumida por todo cristão nas fontes batismais, quando recebe o batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

vp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CNBB. *Diretrizes para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2019-2023*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2019. (Documentos da CNBB, 109).
- CNBB. *Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas*. São Paulo: Paulinas, 1999. (Documentos da CNBB, 62).
- CNBB. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2004a. (Coleção Documentos da CNBB, 76).
- CNBB. *Plano de Pastoral de Conjunto*. São Paulo: Paulinas, 2004b. (Coleção Documentos da CNBB, 77).
- CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS; CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Instrução sobre os Sínodos Diocesanos*. [Vaticano], 18 nov. 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cbishops/documents/rc_con_cbishops_doc_20041118_dio-cesan-synods-1997_po.html. Acesso em: 15 ago. 2022.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Medellín: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, 1968. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em 15 ago. 2022.
- FRANCISCO, Papa. *Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 15 ago. 2022.
- FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium*: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (EG). Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 15 ago. 2022.
- JOÃO PAULO II, Papa. *Christifidelis Laici*: Exortação Apostólica Pós-sinodal sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. São Paulo: Paulinas, 1989.
- JOÃO PAULO II, Papa. *Redemptoris Missio*: Carta Encíclica sobre a validade permanente do mandato missionário. Brasília, DF: Edições CNBB: POM, 1990.
- MIRANDA, Mario França. *50 anos de Medellín: revisitando os textos, retomando o caminho*. São Paulo: Paulinas, 2017. p. 267-278.
- MIRANDA, Mario França. *Igreja sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018. p. 39-51 (Coleção Teologia do papa Francisco).

ROTEIROS HOMILÉTICOS

Ivonil Parraz*



Acesse também o programa
Palavra Viva pelo QR code
ao lado.

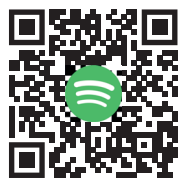
Cada um dos roteiros está acompanhado de códigos QR   que remetem para as plataformas digitais de músicas  Spotify e  YouTube Music e trazem sugestões de cantos para a respectiva celebração. Esses cantos, em sua maioria, também podem ser escutados – mediante a busca pelo nome dos respectivos CDs – no próprio *site* da Paulus (paulus.com.br).

Os roteiros homiléticos das sole-
nidades de Santa Maria, Mãe de
Deus, e da Epifania do Senhor po-
dem ser acessados no *site* da revista.



2º DOMINGO DO TEMPO COMUM

15 de janeiro



Ele tira o pecado do mundo

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tema da vocação liga as três leituras deste domingo. Na primeira leitura, o servo é chamado, desde o ventre materno, a unir Israel e ser luz para todas as nações. Como servo, Deus o prepara para levar a salvação a todos os povos. Na segunda leitura, Paulo fala da vocação primeira à qual Deus nos predestina: a vocação à santidade. Somos chamados a ser santos! Quem nos santifica é o Filho de Deus! No Evangelho, João nos fala da vocação de João Batista para ser o precursor do Messias. Também revela, por meio do testemunho do Batista, que Jesus é aquele que nos mergulha no Espírito de Deus. Pelo batismo no Espírito Santo, somos chamados a nos conformar a Cristo Jesus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 1,29-34)

Ressalta-se, no texto de João, o testemunho de João Batista sobre Jesus. Tal testemunho expressa-se em três assertivas distintas: Jesus como Cordeiro de Deus, o Espírito que desce e permanece em Jesus e Jesus, o Filho de Deus.

a) O Cordeiro de Deus

Ao ver Jesus se aproximar, João diz que ele “é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (v. 29). O título “Cordeiro de Deus” que João dá a Jesus corresponde ao quarto cântico do profeta Isaías: “Como cordeiro levado ao matadouro ou ovelha diante do tosquiador” (Is 53,7). Pode-se dizer que, com o referido título, João declara que Jesus é o servo sofredor. Mas não só: João diz que o servo sofredor tira o pecado do mundo. Note-se que a afirmação está no singular: o pecado do mundo. Tirar significa levar embora. Jesus leva embora o pecado do mundo. Contudo, que pecado é esse? O pecado da não crença em Jesus, o pecado da incredulidade.

Em Jesus, não encontramos somente o perdão dos pecados; nele há também a possibilidade de ser tirado o pecado, a injustiça e o mal que nos dominam. Crer em Jesus não se limita a aceitar seu perdão! Crer em

*Ivonil Parraz, presbítero da diocese de Botucatu, pároco da igreja Santo Antônio de Pádua, Botucatu-SP. Diretor de estudo do Seminário Arquidiocesano São José de Botucatu-SP. Coordenador de pastoral da Região Pastoral 1 da arquidiocese de Botucatu. Mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP); graduado em Teologia pela Faje, em Belo Horizonte-MG. E-mail: parraz@uol.com.br

Jesus, seguir seus passos, consiste em lutar para o mundo se libertar do pecado que desfigura o ser humano.

Pecar não consiste simplesmente em violar as normas divinas ou ofender a Deus. O pecado ofende o ser humano, pois o atinge em seu ser mais profundo. Desumaniza-o não somente enquanto indivíduo, mas também socialmente. Pecar é recusar Deus como Pai e, consequentemente, não aceitar o outro como irmão.

Nesse sentido, pode-se definir o pecado como o fechamento do ser humano em si mesmo. Esse fechamento decorre da sua autoafirmação diante de Deus e do outro. Fechar-se em si redundaria em recusar relação, ou seja, comunhão.

b) O testemunho de João

João sustenta por duas vezes que não conhecia Jesus, mas professa sua fé nele. Esta se expressa em três afirmações: “Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (v. 29), “eu vi o Espírito Santo descer, como pomba, e permanecer sobre ele” (v. 32) e “ele é o Filho de Deus” (v. 34). Todavia, de onde vem essa fé do Batista? Ela vem de sua experiência de Deus: “Aquele sobre quem vires o Espírito descer e permanecer, é ele quem batiza com o Espírito Santo” (v. 33). A fé testemunhada por João não se limita ao ouvir dizer, mas se fundamenta em sua experiência de Deus. Ele ouve a voz de Deus e vê o Espírito sobre Jesus.

A Palavra de Deus é promessa que se realiza. Quem a ouve certamente verá. A fé que recebemos no batismo nos convida a ouvir a Palavra de Deus e ver as maravilhas que ela realiza em nossa vida e na vida da comunidade. A fé testemunhada por João o leva a aniquilar-se para que Cristo se manifeste: “vim batizar com água para que ele fosse manifestado a Israel” (v. 31).

A fé faz que deixemos Deus se manifestar a todos. Vivemos plenamente a fé não quando julgamos possuir um poder que nos faz ter Deus ao nosso serviço ou quando a vivemos de maneira intimista – estas são visões utilitaristas

da fé, ou seja, visões burguesas da fé –, mas, sim, quando ela nos leva a nos pormos a serviço dos nossos irmãos. A fé verdadeira nos instiga a ter sempre jarro e bacia nas mãos! O avental é a veste mais bonita da fé! Desse modo, todos nós, batizados, somos, no mundo, precursores de Jesus, assim como foi João Batista.

c) O Filho de Deus

João Batista declara que ele veio “batizar com água” (v. 31), mas Jesus, conforme a revelação do Pai, “é quem batiza com o Espírito Santo” (v. 33). O batismo do Batista é um mergulho purificador. Nas águas do Jordão, todos aqueles que aguardam o Messias purificam-se! O batismo de Jesus consiste num mergulho no Espírito Santo. Somos imersos no Espírito de Deus! Como reconhecê-lo em nós?

O Espírito Santo é Espírito de vida. Na criação, “o Espírito pairava sobre as águas” (Gn 1,2). Quando Deus criou o ser humano, “soprou o sopro da vida e ele se tornou um ser vivente” (Gn 2,7). Após a ressurreição, Jesus soprou sobre seus discípulos e disse: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20,22). Em Jesus, toda a humanidade é recriada. Assim, o Espírito de Deus age em nós todas as vezes que lutamos em favor da vida! O Espírito Santo nos move sempre que criamos condições para que a vida aflore e, com isso, expulsamos do meio de nós os reinos da morte.

O Espírito Santo é Espírito da verdade: “Quando ele vier, o Espírito da verdade vos guiará em toda verdade” (Jo 16,13). O Espírito da verdade age em nós, pois é ele quem nos remete a Cristo: faz em nós a memória de Cristo! Assim, quando agimos na verdade, quando a buscamos porque é nossa verdade, porque nos humaniza, estamos sendo inspirados pelo Espírito Santo!

O Espírito Santo é também o Espírito de amor: ele é o laço que entrelaça o amante (Pai) ao amado (Filho). Quando amamos, comungamos com o Deus Trindade. Entrelaçamo-nos à comunhão trinitária! Com efeito,

praticamos a caridade porque o Espírito Santo nos move a sair de nós mesmos e ir ao encontro do outro! Amor exige relação, exige comunhão. Por isso, o amor sempre nos põe em saída, como o Pai e o Filho!

Enfim, o Espírito Santo é Espírito santificador. Deixando-nos conduzir pelo Espírito da vida, da verdade e de amor, vamo-nos santificando em nossa peregrinação da fé, ou seja, vamos nos tornando perfeitos como nosso Pai (Mt 5,48). Imersos no Espírito Santo, deixando-o agir em nós, testemunhamos, como João Batista, que Jesus é o “Filho de Deus” (v. 34).

2. I leitura (Is 49,3.5-6)

Desde o útero materno, Deus chama para ser seu servo aquele de quem fala o profeta Isaías. Sua vocação consiste em unificar Israel e ser luz para as nações: “quero fazer de ti uma luz para as nações” (v. 6). O servo de Deus não só unifica os dispersos de Israel, mas também é luz para todas as nações. Isso para que a salvação que vem de Deus “chegue aos confins da terra” (v. 6). O servo é portador da salvação de Deus, pois é modelo do Filho de Deus. No batismo, o próprio Deus revela a condição de Jesus: “Este é meu Filho amado” (Mt 3,17). O Filho de Deus, pelo seu Espírito, santifica todos os que creem em sua Palavra.

3. II leitura (1Cor 1,1-3)

Paulo sustenta que todos nós somos chamados por Deus Pai à santidade. A vocação primeira de todo ser humano consiste nesse chamado. Somos “predestinados” à santidade. Em nosso peregrinar na fé, optamos por modos de vida diferentes para responder a esse chamado: uns no matrimônio, outros na vida consagrada. Todas essas vocações configuram-se como respostas àquela vocação primeira e essencial.

Quem nos santifica é Cristo Jesus! E ele nos santifica porque nos imerge no Espírito Santo! Movendo-nos com o mesmo Espírito que moveu a Cristo, conformamo-nos a ele. Somos povo santo de Deus!

O labirinto sagrado: ensaios sobre religião, psique e cultura

Marcial Maçaneiro



Nos oito ensaios temáticos, o autor tece um diálogo entre subjetividade e história, psique e cultura. Plural de um lado, coesa de outro, a abordagem tem sensibilidade antropológica e respeito pelo dado religioso.

Em suas linhas conclusivas, elementos de fenomenologia religiosa propiciam o discernimento de novas perspectivas da espiritualidade cristã, aproximando Ciência da Religião e Teologia Espiritual.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Como respondo ao chamado de Deus à santidade? Deixo-me conduzir pelo seu Espírito? E a comunidade, apresenta-se como espaço no qual a santidade pode desabrochar ou vive fechada em si mesma? Todo aquele que mergulha no Espírito está sempre em saída, jamais preso em si mesmo. Toda comunidade que se deixa impregnar do Espírito de Deus se configura como comunidade em missão!

Jesus não só oferece o perdão dos pecados, mas também tira (leva embora) o pecado do mundo. Como vivemos a experiência do perdão? Quando recebo o perdão ou perdoo a meu irmão, faço-o com o propósito de extirpar o pecado do mundo? Caminhar na santidade consiste em oferecer e receber o perdão! A comunidade caminha na santidade?

Percebo o Espírito da vida, da verdade, do amor e da santidade agindo em mim e na comunidade? De que modo a comunidade defende a vida, busca a verdade, vive a caridade, reveste-se de santidade? Colaboro com isso?

3º DOMINGO DO TEMPO COMUM

22 de janeiro



Discipulado: esforço contínuo para conformar-se a Jesus de Nazaré

I. INTRODUÇÃO GERAL

Seguimento ou discipulado é o fio condutor que perpassa as três leituras de hoje. Na primeira leitura, o profeta Isaías anuncia o surgimento da luz que vai trazer alegria a todos os povos que jazem na sombra da morte. Na segunda, Paulo exorta a comunidade de Corinto a viver a unidade, e não a discórdia. Somente Jesus Cristo é o centro de unidade

da comunidade. Sem a centralidade em Cristo, a comunidade cai no erro de formar “igrejinhas” em seu interior e seguir o pensamento de alguns de seus líderes. No Evangelho, Jesus convida todos à conversão. Conversão exige fé! Fé, por sua vez, consiste em seguimento. Tal como Simão, André, Tiago e João, somos chamados a deixar tudo para seguir Jesus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 4,12-23)

O Evangelho deste domingo nos convida a três atitudes fundamentais: a) ouvir atentamente a mensagem de Jesus. Ele tem sempre um convite para cada um de nós. Seu convite incide sobre nossa vida; b) mudar de vida. A proposta radical de Jesus consiste em abandonar o que em nós há de velho e abraçar o novo. O novo refere-se ao sentido profundo da vida. Encontramos este quando Jesus é a opção fundamental da nossa vida ou o eixo da nossa existência; c) seguir Jesus. O seguimento de Jesus implica fé em sua mensagem e atitude de conversão. Ser cristão é seguir Jesus. Portanto, pertencer a Cristo redundará em conformarmos nossa vida à sua maneira de viver.

a) A mensagem de Jesus

Herodes faz calar João Batista. Jesus faz sua voz ser ouvida por todos os povos! Deixa Nazaré e vai morar em Cafarnaum, às margens do lago da Galileia. Não é gratuita sua escolha. Considerava-se a região da Galileia como lugar dos pagãos: “Galileia dos pagãos” (v. 15). Cafarnaum abria-se para o mar. A ela recorriam povos de várias regiões pagãs. Assim, a opção de Jesus de morar nessa cidade indica que sua Boa Notícia será proclamada a todos os povos: judeus e pagãos. Mas não só: por estar localizado na Galileia o mar de Genesaré (ou Galileia), a região apresentava-se muito fértil, e isso sugere vida nova. A todos os povos anuncia-se vida nova. “O povo que vivia nas trevas viu uma grande luz, e para os que viviam na região escura da morte brilhou

uma grande luz” (v. 16). E o que Jesus anuncia? “Convertei-vos, pois o Reino de Deus está próximo” (v. 17).

A mensagem de Jesus apresenta-se bastante simples: Deus se interessa pelas pessoas! O Pai não fica alheio aos seus sofrimentos, independentemente de estarem vinculadas a uma religião ou serem pagãs. Deus está “sempre em saída”! Quer o melhor para todos. Pede a participação do ser humano para levar a vida em plenitude: que “todos tenham vida plena”. Só assim o Reinado de Deus pode acontecer em nosso meio. Ele está próximo, por isso Jesus nos convida a mudar de vida!

b) Mudança de vida

O que é preciso mudar em nós para que o Reino de Deus aconteça? Trata-se de praticar a Boa Notícia de Jesus, ou seja, de introduzir em nosso meio uma maneira de ser revolucionária, para inverter a lógica do mundo: “que os últimos sejam os primeiros”, “libertar os cativos”. Para isso, o princípio que deve nos mover nessa atuação é o mesmo que moveu Jesus: a compaixão!

Somente quando nos colocamos no lugar do outro, quando decidimos sentir a dor do outro, ocorre em nós a conversão. Não há verdadeira mudança se não estamos dispostos a nos colocar em saída, tal como nosso Pai!

c) Seguir Jesus

Andando na praia, Jesus viu Simão, André, Tiago e João, que estavam lançando as redes, e os convidou para segui-lo (v. 19). Deles Jesus fará “pescadores de homens”. Ora, a fê consiste em seguir Jesus, o que, por sua vez, exige confiança. Somente quando tivermos inteira confiança em alguém poderemos “deixar tudo para segui-lo”. A fê, portanto, leva-nos a fazer uma opção radical: deixar tudo, ou seja, mudar de vida!

Fé e conversão caminham juntas. Por isso, pertencer a Cristo (ser cristão) consiste em esforçar-se continuamente para ir se conformando a Jesus Cristo. Construir a vida segundo o modelo de Jesus Cristo.

À medida que vamos assimilando o modo de vida de Jesus, fazendo dele o eixo de nossa existência, transformamo-nos em “pescadores de homens”, o que significa conduzir o ser humano à presença de Deus para que somente ele reine.

2. I leitura (Is 8,23b-9,3)

Nos tempos passados, Israel (Judá) foi infiel ao seu único Senhor. Tanto na política quanto na religião, Israel confiou no poder dos homens, e não em seu Deus. Por isso, na visão do profeta, caiu sob o domínio de povos estrangeiros. Essa infidelidade resulta na quebra da aliança entre Deus e seu povo eleito.

Todavia, o Deus de Israel nunca desiste de seu povo! Ele restabelece a aliança rompida. A aliança definitiva será a vinda do Messias. Ele será a luz de todos os povos, e não somente de Israel.

Sua presença devolverá a vida a todos aqueles que se encontram na “sombra da morte”. Nele, todos encontrarão o sentido da vida!

3. II leitura (1Cor 1,10-13,17)

Paulo exorta a comunidade de Corinto a ser concorde e, com isso, evitar divisões entre seus membros. Essa exortação decorre do fato de haver nessa comunidade “igrejinhas” particulares, a ponto de alguns dizerem ser do grupo “de Apolo”, “de Paulo”, “de Simão”, “de Cristo” (v. 12). Ora, a identidade que eles julgavam ter com este ou aquele grupo exprime uma consciência de Igreja destoante da visão paulina, segundo a qual Cristo é a cabeça e nós, seus membros. Mas não só: exprime também que, para eles, ser cristão depende do pensamento de Paulo, Apolo, Simão...

A exortação de Paulo tem um sentido preciso. A lógica que forma as “igrejinhas” deve ser extirpada da comunidade. Esta deixa de ser “comum-unidade” quando Cristo não é seu centro, o que fica claramente manifesto na existência de grupos em seu interior. Somente a pessoa de Cristo define a comunidade. Ele é o evento fundador da

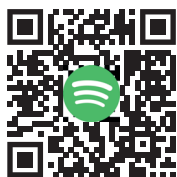
Igreja, seu centro e seu único princípio de unidade: “Cristo foi crucificado por amor de nós” (v. 13).

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A quem seguimos nesta vida? Essa questão deve estar sempre presente em nosso coração, uma vez que a fé consiste em seguir Jesus. Se de fato queremos ser seguidores de Jesus Cristo, cabe-nos prestar ouvidos à sua mensagem, abraçar sua causa, aderir somente a ele. Nossa comunidade está centralizada em Cristo? Sua adesão a Cristo é total, ou seus membros não vivem na concórdia?

4º DOMINGO DO TEMPO COMUM

29 de janeiro



As bem-aventuranças: ilustrações de como viver centrado em Deus

I. INTRODUÇÃO GERAL

A primeira e a segunda leitura deste domingo nos falam da eleição de Deus. Deus escolhe os pequeninos (fracos) para confundir os poderosos deste mundo. O Evangelho, na mesma direção, apresenta o programa do discipulado de Jesus. Somente os pobres em espírito (pequeninos, fracos) poderão trilhar os caminhos do Senhor. As bem-aventuranças são o itinerário dos que seguem Jesus de Nazaré. Felizes são aqueles que encontram apoio somente no Pai. Eles são felizes porque buscam o bem para todos. Sua felicidade está na prática do bem (amor). Na contramão da cultura atual, em que a felicidade se reduz ao “bem-estar” individual, a felicidade de que nos fala Jesus encontra-se somente em Deus, e, portanto, só seremos verdadeiramente

felizes quando construirmos um mundo humano para todos! Quando, imitando a felicidade da Trindade, construirmos comunhão!

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 5,1-12a)

As bem-aventuranças constituem o programa de seguimento de Jesus. São oito ou nove ilustrações de como viver centrado em Deus. O(a) discípulo(a) encontra sua felicidade somente centralizado(a) em Deus. Sua recompensa vem da bondade divina.

Em Mt 5,1-12, Jesus apresenta as bem-aventuranças ilustradas e, em Mt 25,31-46, aparecem as bem-aventuranças consumadas. Os bem-aventurados de Mt 5,1-12 correspondem aos “benditos do meu Pai” de Mt 25,31-46.

O convite de Jesus aos seus discípulos pode ser traduzido desta forma: descentralizai-vos de vós mesmos, não busqueis vossa felicidade segundo vossos interesses. Centralizai-vos em Deus e sede felizes construindo um mundo no qual todos possam ser felizes. Ninguém é feliz sozinho. Só de Deus vem a verdadeira felicidade, e ele é Pai de todos.

As bem-aventuranças

“Felizes os pobres no espírito, porque deles é o Reino de Deus” (v. 3). Os pobres no espírito – correspondentes aos “pequeninos” em Lucas – são aqueles que não possuem nenhum apego aos bens deste mundo. Eles são capazes de repartir os bens com os outros. São felizes porque sabem que os critérios de felicidade de Deus são diferentes dos critérios humanos. Não possuem nenhum bem mundano! O coração deles não tem amarras. Estão livres para voltar-se para Deus. Por isso mesmo, sua recompensa só pode ser o Reinado de Deus. Descentralizados de si, tudo repartem, pois seu tesouro é um só: Deus. Onde há partilha, há lugar para todos: todos são inclusos!

“Felizes os que choram, porque serão consolados” (v. 4). Os que choram são aqueles que padecem a injustiça de uma sociedade

excludente. Os marginalizados, os que não contam para um sistema econômico cuja base se assenta no consumo. São “os estranhos”, porque não participam do mercado de consumo. As sobras da sociedade, que se deixam escravizar para poder sobreviver. Os renegados, vítimas de preconceitos bestiais. Enfim, todos os sofridos, cujos sofrimentos são impostos pelo próprio ser humano. Eles são consolados porque Deus “sofre onde sofre o amor” (Jürgen Moltmann). Deus sempre se põe ao lado do fraco e indefeso. Dos últimos, Deus faz os primeiros, para que nem mesmo os que se fazem primeiros escapem de seu amor misericordioso.

“Felizes os mansos, porque receberão a terra por herança” (v. 5). Essa bem-aventurança nos remete à primeira. Enquanto aquela se refere à pessoa, esta trata da relação com o próximo. Mansos são todos aqueles que estabelecem relações alicerçadas na não violência. Diante do outro, os mansos apresentam-se desarmados, sem preconceitos, sem defesas. Eles acolhem o outro. Centralizam-se no próximo. Por isso, a herança deles é a terra, ou seja, o Reinado de Deus!

“Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados” (v. 6). Os famintos e sedentos de justiça são aqueles que procuram ser justos e realizar a vontade de Deus. Aqueles que constroem um mundo mais humano, no qual todos possam viver com dignidade. Estes, que querem um mundo mais justo para todos, serão saciados com o Reinado de Deus!

“Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (v. 7). Os misericordiosos são aqueles que se deixam mover pela compaixão: neles, o amor está sempre em ato, põe-nos para fora, em comunhão com o próximo. Desses o Senhor não se esquecerá no juízo final: “Estive nu e me vestistes, faminto e me destes de comer, doente e fostes me visitar” (idoso e não me desprezastes, no mundo das drogas e me acolhestes...).

Ofício divino das comunidades

Vários autores

OFÍCIO DIVINO DAS COMUNIDADES

752 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A obra representa um esforço de inculturação da Liturgia das Horas, com os mesmos elementos e estrutura, com a mesma teologia e espiritualidade, porém mais simples e com uma linguagem orante, poética e musical, próxima da maioria do povo.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

Os misericordiosos colocam-se no lugar do outro. O amor misericordioso os descentraliza. O outro é seu centro. Por isso eles bendizem a Deus, ou seja, falam bem do Deus misericordioso. A fala deles é gestual, operativa! A misericórdia é amor sempre em ato, nunca abstrato!

“Felizes os puros no coração, porque verão a Deus” (v. 8). Os puros no coração são todos aqueles que não se deixam corromper por outros deuses: dinheiro, poder, consumo... São puros no seu ser mais profundo. Por isso, entram em comunhão com Deus: “Verão a face divina”.

“Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus” (v. 9). Os promotores da paz são todos os que constroem a paz, criam laços de fraternidade, estabelecem canais de comunicação onde não há diálogo, restabelecem amizades rompidas pela intolerância. Estes serão considerados filhos de Deus.

“Felizes os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino de Deus” (v. 10). A vontade de Deus é que haja justiça para todos. Seu reinado será de justiça e paz. Os perseguidos por causa da justiça são aqueles que buscam realizar a vontade de Deus, a instauração de seu Reino. Eles, perseguidos por causa da justiça, não revidam com o mal. Perdoam (não revidam) aos seus perseguidores, por isso contribuem para extinguir o pecado do mundo, tal como o “Cordeiro de Deus”. Deles é o Reinado do Pai.

A última bem-aventurança refere-se aos seguidores de Jesus. Jesus é a causa da perseguição de seus discípulos. Essa bem-aventurança consiste num convite de alegria que Jesus faz aos seus. Como os profetas foram perseguidos por causa do anúncio da misericórdia divina e, portanto, por anunciar a vinda do Filho de Deus, assim são os seguidores dele. Se o próprio Jesus foi rejeitado pelo poder constituinte (político e religioso), seus discípulos, de todos os tempos, têm a mesma sorte.

Perderíamos toda a profundidade desse programa de Jesus, estendido a todos os seus discípulos, se não víssemos nas bem-aventuranças que somente Deus é garantia de felicidade para o ser humano. Seguimos os passos de Jesus se nosso coração não está apegado a falsas seguranças; quando não nos consolamos com as coisas do mundo; quando nos apresentamos completamente desarmados em face do nosso irmão; quando somos famintos e sedentos da justiça divina; quando nos deixamos mover pela misericórdia; quando em nosso coração só há lugar para o Pai; quando construímos a paz; quando nosso objetivo é a realização da vontade do Pai; quando o mundo nos persegue porque trilhamos as pegadas de Jesus. Somente assim seremos verdadeiramente felizes.

2. I leitura (Sf 2,3; 3,12-13)

Sofonias apresenta-se como profeta do pequeno resto de Israel. Israel confiou em si mesmo, mostrou-se autossuficiente, até cair nas mãos dos assírios. De Israel, Deus escolheu um pequeno “povo humilhado e pobre” (pequenos, fracos). Este não usa de violência, mas “busca apoio no Senhor”. Somente os que não usam de violência, que buscam a justiça, podem formar comunidade. Os que bastam a si mesmos, os que confiam em seu poder, não podem construir nada em comum, pois lhes falta exatamente o princípio básico sobre o qual se assenta qualquer coisa em comum: comunhão!

3. II leitura (1Cor 1,26-31)

“Deus escolhe aquilo que é nada para mostrar a nulidade dos que são alguma coisa” (v. 28). Paulo apresenta as razões para a escolha de Deus: “para que quem se gloria, glorie-se no Senhor” (v. 31). Ora, a glória do Senhor é a cruz, tal como nos mostra João em seu Evangelho. Portanto, a glória do Senhor é o amor. Assim, só há verdadeira glória para aqueles que praticam a caridade, pois estes se gloriam no Senhor, uma vez que quem ama seu irmão ama a Deus.

O teor desse trecho da primeira carta de Paulo aos cristãos de Corinto corresponde perfeitamente aos “pobres em espírito” da primeira bem-aventurança do Evangelho de Mateus. Os pobres em espírito são aqueles que buscam a glória de Deus, enquanto a glória dos que “são alguma coisa”, na realidade, é vanglória.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O desejo da felicidade caracteriza o ser humano. Assim como é próprio da razão a busca do conhecimento, é próprio da vontade a busca da felicidade. Nenhum ser humano pode deixar de buscá-la. A procura por ela é sempre individual. Somente a mim cabe a tarefa de buscar minha felicidade. Os caminhos que persigo para buscá-la são meus caminhos. Não obstante, embora a busca pela felicidade seja sempre individual, jamais posso ser feliz sozinho. Sou feliz se os outros também o forem.

Somente o bem pode nos fazer felizes. O mal jamais pode propiciar felicidade. Ora, todas as pessoas, porque buscam ser felizes, buscam o bem. No fundo, todos buscamos Deus. Somente possuindo o bem soberano (Deus) seremos felizes. Como possuímos Deus? Na prática do bem (amor). Com efeito, na realização do bem, sou feliz. A felicidade, portanto, não se apresenta como algo que atingimos no final da nossa busca. Ela encontra-se na própria busca! O bem que procuro, encontro-o no bem que realizo!

Nossa vida é uma aventura! O seguimento de Jesus é boa aventura! Minha vida está sendo uma aventura, contento-me com alguns momentos de bem-estar, ou ela está sendo boa aventura? Minha felicidade, eu a apoio em Deus, em mim mesmo ou no consumo?

A vida da Igreja está sendo boa aventura? Está sendo verdadeiramente “germe do Reino”? De fato, é dela o “Reino de Deus”?

A prática da Igreja arrancará de Jesus o convite: “Vinde, bendita do meu Pai”? Minha prática cristã me coloca à direita do meu Senhor?

O Sínodo para a Amazônia

Cardeal Dom Cláudio Hummes



Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

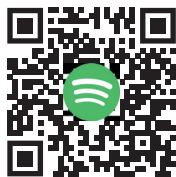
Este livro surgiu para divulgar ao máximo o Sínodo Especial dos Bispos para a Amazônia, realizado em Roma em outubro de 2019, e expor o processo sinodal e sua temática. Esse evento eclesial iluminou não apenas a Igreja da Amazônia com seus povos, mas também a Igreja universal.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br



Com sua vida, o discípulo dá sabor ao mundo e o ilumina!

I. INTRODUÇÃO GERAL

As três leituras deste domingo nos mostram a condição do discipulado de Cristo: encarnar o próprio Jesus e agir em conformidade com ele. Só assim podemos dar sabor ao mundo e iluminá-lo.

Paulo, em sua primeira carta aos cristãos de Corinto, com sua teologia da cruz, sustenta que a salvação provém da gratuidade do Pai. Não há mérito em nós que nos faça merecer a salvação. Diante da cruz de Cristo, toda pretensão humana de julgar conhecer Deus e, mediante esse saber, poder salvar a si mesmo encontra-se destruída. A cruz nos remete à nossa situação de criaturas totalmente dependentes do seu Criador. Permitir que a graça de Deus aja em mim: eis a misericórdia divina operando em mim a salvação!

Na primeira leitura, o profeta Isaías apresenta-nos o jejum que agrada a Deus: atos de misericórdia totalmente voltada ao nosso irmão! Repugna a Deus atos intimistas de um coração carregado de interesses próprios: deixo de comer, mas me alimento todos os outros dias do suor do meu irmão; faço longas orações a Deus, mas, em vez de dialogar com o outro, ordeno; mostro-me totalmente dependente do Criador, mas nego o direito de viver dignamente aos meus semelhantes. O ouvido de Deus volta-se para aqueles que se voltam para os pobres! Não esqueçamos: os pobres que nos procuram fazem isso porque Deus nos recomendou a eles! No Evangelho, Jesus nos compara ao sal e à luz. Os cristãos (discípulos) são “sal da terra” e “luz do

mundo” se encarnam Cristo. Isso implica dar continuidade às obras dele! Nossas ações devem expressar as dele!

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 5,13-16)

No Evangelho deste dia, Jesus nos diz o que representam os discípulos para a sociedade: “sal da terra” e “luz do mundo”.

Metáfora do sal: assim como o sal se dissolve no alimento, deixando de manter seu aspecto de substância isolada, também o discípulo deve inserir-se na sociedade e temperá-la com o verdadeiro sabor da vida: o amor. O discípulo do Reino vai se perdendo como o sal e vai se conformando ao próprio Jesus. Essa proposta de Jesus vai na contramão do protagonismo! O discípulo promove o Reino, não a si mesmo. O próprio Jesus já fez a experiência do sal, inserindo-se no meio dos pecadores no batismo.

Metáfora da luz: o discípulo tem de estar no lugar onde sua presença ilumina o máximo possível. Jesus não quer uma comunidade de gueto, facciosa, mas aquela que se apresenta como Boa Notícia no meio da sociedade. Aquele que segue Jesus não tem luz própria! Por conformar-se a Cristo, reflete-o.

a) Sal da terra

Na cultura antiga, o sal aparece como imagem do que dá sabor e conserva os alimentos.

O discípulo, para ser “sal da terra”, deve se configurar a Cristo. Configurar-se a ele significa encarná-lo. Encarnamos Jesus Cristo quando sua Palavra é norte em nossa vida, em nossa comunidade. Quando seus gestos, atitudes, ternura para com as pessoas são também nossos gestos, atitudes e ternura.

Encarnar Jesus Cristo redonda em conservar nossa vida – assim como o sal conserva os alimentos –, assumindo a vida divina em nós: aquela que o próprio Jesus veio nos trazer.

No Evangelho de João, Jesus sustenta que a vida eterna (vida divina) é esta: “Que conheçam a ti, o Deus único e verdadeiro, e a Jesus Cristo, aquele que enviaste” (Jo 17,3). Ora, só conhecemos Deus Pai e seu Filho pelo amor. Ainda no Evangelho de João, em sua oração ao Pai, Jesus pede que sejamos um, como ele e o Pai são um (Jo 17,11). O desejo de Jesus Cristo consiste em que seus discípulos vivam na comunhão da Trindade. Essa comunhão acontece no amor, pois o amor gera comunhão! O amor faz que nossa vida seja boa aventura. Encarnar Jesus Cristo, portanto, consiste em viver no amor!

Além de conservar nossa vida na comunhão trinitária, encarnar Jesus Cristo conserva o Evangelho (Boa Notícia) de Cristo. Se o discípulo não encarna Jesus Cristo, o cristianismo torna-se mera doutrina, sem nenhum sabor. Se a Igreja não encarná-lo, ela simplesmente espelha o mundo. Este passa a ser carne de sua carne (PAGOLA, O caminho aberto por Jesus, Ed.Vozes, p. 72).

b) O sal sem sabor

“Se o sal perde seu sabor, [...] não servirá para mais nada” (v. 13). O sal sem sabor já não é sal: perde sua própria identidade! Assim, qual é a identidade do discípulo sem Cristo? Como posso seguir alguém se não me identifico com aquele que sigo?

No capítulo 25 do Evangelho de Mateus, Jesus, na parábola do juízo final, separa os “benditos do Pai” dos “malditos do Pai”. Estes reconhecem Jesus como Senhor, mas não fazem o que o Senhor faz. Não se identificam com ele. Aliás, nem o reconhecem: “Quando foi que te vimos...?” Os cristãos que perdem seu sabor correspondem aos malditos do Pai.

Atualmente, fala-se tanto sobre Deus, sobre Jesus. No entanto, talvez nunca se tenha falado tanto mal sobre Deus e Jesus Cristo. Só falam bem de Deus (“ben-dizem” a Deus) aqueles que encarnam Jesus Cristo. Falam mal de Deus (“mal-dizem” a Deus) aqueles que falam

Caminhar juntos: reflexão e ação após o Sínodo dos Bispos sobre os jovens

Filipe Domingues (org.)



**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Com o objetivo de ajudar líderes leigos, bispos, padres, religiosos e os próprios jovens em suas reflexões depois do Sínodo, o livro reuniu vários textos. Cada artigo é fruto de profunda reflexão, servindo de impulso para o diálogo em comunidade. Sem incluir os jovens em seus processos e decisões, a Igreja não terá a quem deixar sua belíssima herança de fé, de tradições e de ensinamentos.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

de Deus e agem o contrariando. Somos sal da terra quando temperamos a vida da sociedade, quando nos preservamos de toda maldade!

c) A luz do mundo

Como portadores da luz (Cristo), somos luz do mundo! Todavia, só portamos a luz se nos configuramos (encarnamos) a Cristo. Só podemos ser mensageiros (evangelizadores) da Boa Notícia para o mundo quando esta motiva nosso viver!

Assim como o sal, ao perder seu sabor, deixa de ser sal, a luz não pode ser acesa para ser escondida logo depois (v. 15). Uma luz escondida é luz que não brilha, não afugenta as trevas! A existência do discípulo, na concepção de Jesus, só tem sentido se ela transformar o mundo com seu sabor e sua luz. Contudo, para que o discípulo possa transformar o mundo com sua existência, esta tem de ser transformada pela Boa Notícia anunciada por Jesus.

Quando nossas obras bendizem a Deus, estamos sendo luz para o mundo. Quando, em vez de exigirmos dos outros boas atitudes, passamos a agir bem, estamos afugentando não só as trevas da sociedade, mas também aquelas que persistem em habitar nosso interior. Quando Cristo habitar em cada cristão, iluminaremos o mundo! Quando o povo de Deus (Igreja) encarnar Jesus Cristo, o mal do mundo será tirado e o Reinado de Deus estará no meio de nós!

2. I leitura (Is 58,7-10)

Ao praticar o jejum, o povo de Israel busca atrair sobre si os benefícios divinos: “Por que foi que jejuamos e tu nem olhas-te? Nós nos humilhamos totalmente e nem tomaste conhecimento” (Is 58,3). Com o jejum, o povo exige que Deus seja misericordioso, como se Deus agisse com misericórdia mediante as obras de piedade do ser humano. Eles desconhecem totalmente a Deus e a história da salvação. Se conhecessem, veriam que a misericórdia divina

age sempre, independentemente das ações humanas. Quanto mais afastado estiver o ser humano, mais Deus vem ao encontro dele.

O jejum do povo não agrada a Deus porque, juntamente com essa prática, se exploram os trabalhadores e não se abre mão de interesses. Agrada a Deus o jejum que consiste em dar de comer a quem tem fome, vestir os nus, hospedar os pobres, não permitir a opressão nem testemunhar falsamente (v. 7.9).

A prática dessas obras de justiça atingirá o coração de Deus! Ele estará sempre pronto para atender a todos os que as põem em ação. Brilhará a luz em todos os que praticarem o verdadeiro jejum: “Teus atos de justiça irão à tua frente, e a glória do Senhor o seguirá” (v. 8). Não só: “A tua luz brilhará nas trevas, teu escuro será igual ao meio-dia”. As obras de justiça são luzes para a humanidade. Quem as pratica revela quem é seu Senhor!

3. II leitura (1Cor 2,1-5)

A questão que se apresenta nesta leitura relaciona-se à fé dos cristãos de Corinto: “para que vossa fé se baseasse no poder de Deus, e não na sabedoria humana” (v. 5).

A salvação do Pai é dom gratuito. Não há mérito humano na salvação. Por mais sábia e entendida que possa ser a pessoa, sua salvação não decorre de sua sabedoria, mas exclusivamente da misericórdia divina. Salvação é graça! Portanto, Deus não leva em conta nenhuma posição privilegiada. Ao contrário, escolhe os simples e humildes para participar de seu Reinado.

Alguns cristãos de Corinto julgavam que, pelo fato de conhecerem Deus e terem uma cultura mais elevada que os demais – ou seja, por possuírem sabedoria humana –, eram “merecedores” da salvação.

À sabedoria humana, Paulo opõe a sabedoria da cruz. A cruz simboliza o plano de salvação de Deus Pai. Ela expressa o poder de Deus: o Pai ressuscita o Filho. O cristão deve depositar total confiança no poder de

Deus e jamais confiar em si mesmo. Do mesmo modo, a cruz assinala nossa condição humana: somos criaturas. O poder de nos salvar não está em nós mesmos, mas pertence ao nosso Criador! Com efeito, a cruz nega toda pretensão do ser humano de salvar a si mesmo. Diante da cruz, o orgulho humano é aniquilado!

A cruz de Cristo conduz o ser humano a uma decisão: abandonar-se confiantemente à gratuidade do amor de Deus. Essa graça fulgura na morte e ressurreição de Jesus!

Na visão paulina, a fé do discípulo deve ter como fundamento o poder de Deus. Todas as suas ações devem ser expressão dessa fé, pois somente assim suas obras demonstrarão o “poder do Espírito” (v. 4) agindo nele.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

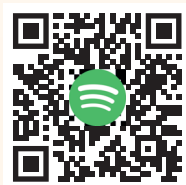
Nossa comunidade possui o sal que preserva os crentes da maldade? Ela é luz para a sociedade de hoje?

Nossas boas obras transformam a vida na sociedade? E quanto às de nossa comunidade: são luzes que apontam para o Deus que seguimos?

Como cristãos, encarnamos Jesus Cristo ou o mundo é carne de nossa carne? E quanto à Igreja: tempera a vida das pessoas ou tornou-se insossa e, portanto, incapaz de dar sabor à vida de alguém?

Ser “sal da terra” consiste em agir com compaixão. Quem age com o coração compassivo introduz compaixão na sociedade. Somente agindo assim, poderemos experimentar uma cultura do coração.

6º DOMINGO DO TEMPO COMUM
12 de fevereiro



Cumprir a vontade do Pai

I. INTRODUÇÃO GERAL

A verdadeira justiça: eis o tema que perpassa as leituras deste domingo. Tornamo-nos justos se seguimos a Palavra normativa de Deus. Tornar-se justo não consiste em mérito pessoal, mas do Pai. Deus nos justifica se seguimos sua vontade!

Na primeira leitura, o autor do livro do Eclesiástico nos apresenta o livre-arbítrio do ser humano e o amor e a fidelidade de Deus. O Pai não deixa seus filhos e filhas entregues ao erro. A eles propõe seus mandamentos! Estes não são impostos, mas propostos. Tanto é assim, que Deus dotou o ser humano com a faculdade de escolher! Na liberdade, todos somos convidados a optar pela vida (bem). Quanto mais conhecemos a vontade do Pai, mais livres somos para escolher o bem!

Na segunda leitura, Paulo trata da “sabedoria misteriosa de Deus”. Esta somente os “perfeitos” conhecem. Na linguagem de Paulo, os “perfeitos” são os amadurecidos na fé. Os maduros na fé, por sua vez, são aqueles que, alicerçados na Palavra do Senhor, se abrem ao Espírito Santo para, iluminados por ele, compreender o projeto de salvação do Pai, expresso na cruz de Jesus Cristo.

No Evangelho, Jesus reinterpreta o Decálogo. Ele apresenta-se como a plenitude da Lei de Deus: “Não vim abolir a Lei, mas dar-lhe pleno cumprimento” (v. 17). Jesus é a expressão do espírito da Lei: ele é sua hermenêutica! Ser discípulo de Jesus Cristo consiste em vivenciar o espírito da Palavra normativa do Pai! Sua Igreja (povo de Deus), como germe do Reino de Deus, deve ser a hermenêutica dos mandamentos divinos.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 5,17-37)

O tema sublinhado nesse trecho do Evangelho refere-se à Lei: Jesus reinterpreta o Decálogo. Nessa reinterpretação, encontram-se

três atitudes de Jesus: continuidade (“não vim abolir”), plenitude (“dar pleno cumprimento”) e ruptura (“Ouvistes o que foi dito aos antigos... Eu, porém, vos digo...”). Jesus não fica na letra da Lei, mas penetra seu espírito. Ele vai além da letra.

No “ir além” está o espaço da generosidade e da criatividade. A generosidade e a criatividade de Deus são infinitas. O que importa a Jesus é a vontade do Pai. Ele reinterpreta algumas leis do Primeiro Testamento. Faz uma demonstração de como é possível dar o passo necessário para ir além da letra da Lei.

A meta do discípulo consiste em proceder segundo o modo de proceder do Pai. Ora, a generosidade caracteriza esse proceder: o Pai “faz o sol nascer sobre bons e maus” (Lc 5,45). A reinterpretação de Jesus culmina em seu pedido aos discípulos: “sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito” (Lc 5,48). Assim, o discípulo de Jesus, ao cumprir a Lei de Deus, deve ser generoso e criativo como o Pai. Aliás, é exatamente essa generosidade, essa criatividade, que nos conduz às leis de Deus.

a) Jesus: a plenitude da Lei

Jesus não veio para abolir todo o ensinamento do Primeiro Testamento. Isso está expresso em sua fala: “Não penseis que vim abolir a Lei e os Profetas” (v. 17). Ao contrário, sua vinda dá o pleno cumprimento da Lei e dos Profetas. Ele os plenifica. Nesse sentido, pode-se sustentar que Jesus encarna a vontade do Pai: sua vida, seus ensinamentos, seus gestos expressam o espírito da Lei e os ensinamentos nos Profetas.

No v. 20, Jesus ensina como deve ser o procedimento do discípulo em relação à Palavra normativa do Pai: “Se vossa justiça não for maior...”. A entrada no Reinado de Deus exige radicalidade e aprofundamento no cumprimento da vontade do

Pai. A artificialidade no cumprimento da Lei redundaria na interdição à entrada no Reino.

A perpetuidade da Lei, tal como apresentada no v. 18, toma sentido em relação ao versículo anterior: a plenitude da Lei – ou seja, o cumprimento do espírito da Lei – permanece válida para sempre. Ora, o espírito da Lei revela a generosidade do Pai. Para agirmos como ele, cumpre-nos ser criativos. Com efeito, a obediência à letra da Lei, sem ir além, torna-a caduca! Não faz sentido sua permanência! Só permanece eternamente o que o espírito da Lei suscita em nós: “sermos perfeitos como o Pai”.

No v. 19, Jesus acentua a prática dos mandamentos. O modo de os discípulos praticá-los encontra-se no versículo posterior: “Se vossa justiça não for maior...”.

b) Não cometer homicídio

Jesus entende o quinto mandamento, “não matar”, não somente no sentido de tirar a vida física de alguém, mas também como toda e qualquer forma de “matar” a relação com o outro. Assim, encolerizar-se com o irmão leva-nos a romper relação com ele. Configura-se como uma espécie de morte do outro: já não nos relacionamos com ele. “Chamar o irmão de tolo” consiste, aos olhos de Jesus, num homicídio espiritual: matamos o outro com nossas afirmações. Em suma, toda opção que nos conduz a romper relação com o próximo, toda atitude que interdita ao outro sua dignidade de pessoa humana, toda política que nega ao outro seu pleno desenvolvimento humano, toda espécie de preconceito, todo julgamento moralista encontram-se incluídos no quinto mandamento.

c) Liturgia e reconciliação

Intimamente ligado ao mandamento “não matar”, na reinterpretação dada por Jesus, encontra-se o verdadeiro culto

prestado a Deus (liturgia) e a reconciliação. Não podemos participar do banquete que o Pai nos preparou sem nos reconciliarmos com o irmão e a irmã. Não há como nos sentarmos à mesa com o Pai se excluímos da nossa vida nossos irmãos. Nada podemos ofertar ao Pai se não oferecemos amor ao próximo. Não há liturgia sem comunhão fraterna: uma exige a outra!

d) Não cometer adultério/não repudiar a esposa

No Decálogo, proíbe-se o adultério e o desejar a mulher do próximo. No entanto, o adultério e o desejo de possuir não se encontravam no mesmo nível. Havia um fosso entre o ato e o desejo. Aos olhos de Jesus, a ação humana está ligada à sua intenção. No coração humano (sede de sua decisão), encontram-se as raízes profundas das decisões. Assim, o ato (externo) humano decorre de sua decisão (interna). Jesus não separa o exterior do interior. Comete adultério quem deseja a mulher do próximo!

e) Não jurar

As relações humanas assentam-se na confiança. Sem ela, não há possibilidade de relação social. Quando juramos, está implícita a desconfiança na palavra comunicada. Jesus procura eliminar qualquer relação assentada na falta de sinceridade.

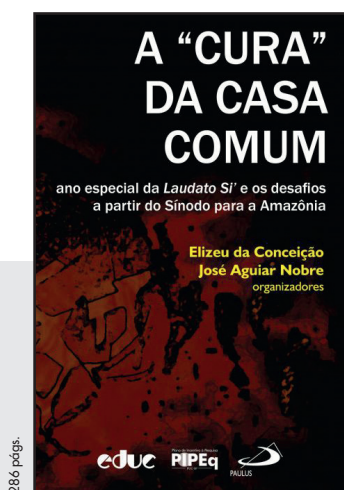
A vontade do Pai exige adesão total. Deus não tolera a observância fragmentada de sua Palavra normativa. Observar parcialmente a Lei de Deus redundaria na interdição da entrada em seu Reinado. Deus, autor da vida, exige nossa vida, e não simplesmente alguma coisa de nós.

2. I leitura (Eccl 15,16-21)

O livro do Eclesiástico (Sirácida) nos apresenta, nesse trecho, o livre-arbítrio humano e o amor e a fidelidade de Deus. Ao criar o ser humano, Deus “o entregou às mãos do seu arbítrio” (Eccl 15,14).

A “cura” da casa comum: ano especial da *Laudato Si’* e os desafios a partir do Sínodo para a Amazônia

*Elizeu da Conceição / José Aguiar Nobre
(orgs.)*



Imagens meramente ilustrativas.

O livro traz reflexões de diversos estudiosos à luz da encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da casa comum, do papa Francisco. Os capítulos estão dispostos em três partes: 1ª) A exploração dos recursos naturais como causa de tragédias planetárias; 2ª) O paradigma da cura da casa comum; 3ª) Uma nova cosmologia a partir do magistério eclesial: tudo está interligado.



Aponte a câmera do
seu celular e confira a
degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

Ofereceu-lhe seus mandamentos e o revestiu de inteligência. O ser humano tem, portanto, o poder de escolher! Deus a ele nada impõe, apenas propõe: “Se quiseres observar os mandamentos, eles te guardarão; se confias em Deus, tu também viverás” (v. 16). Observar os mandamentos de Deus e nele confiar consiste em viver! A vida entregue nas mãos de Deus (confiança) traduz-se na observância dos mandamentos divinos.

“Diante do ser humano estão a vida e a morte, o bem e o mal” (v. 18). Cabe-lhe escolher entre os opostos. Seguir a vontade de Deus, expressa em sua Palavra normativa, consiste em optar pela vida e pelo bem. Confiar em si mesmo e não em Deus redundando em escolher a morte e o mal.

Embora o ser humano seja livre para escolher entre os opostos, é sábio escolher o bem, ou seja, a vida! O exercício da liberdade encontra-se indissociável da sabedoria. Quanto mais conhecemos a vontade divina, mais livres somos para escolher!

Deus “não mandou ninguém agir como ímpio e a ninguém deu licença para pecar” (v. 21). O Pai quer que seus filhos e filhas escolham o caminho da salvação. Ele não quer que nos entreguemos ao absurdo do pecado. Este não se apresenta como condição própria do ser humano. Deus nos criou não para pecar, mas para não pecar! O pecado, portanto, não é inevitável! O Pai se preocupa com seus filhos e filhas. Sua Palavra normativa aponta o caminho para evitar o pecado. Em nossa liberdade, podemos evitar o mal. Se agimos com sabedoria – seguindo a vontade de Deus, caminho da salvação, no exercício de nossa liberdade –, evitamos o erro!

3. II leitura (1Cor 2,6-10)

Neste trecho da sua primeira carta aos Coríntios, Paulo fala da “misteriosa sabedoria de Deus” (v. 7). Não se trata

de contrapor a sabedoria humana à sabedoria da cruz. Trata-se de aceitar, na fé, o anúncio do Cristo crucificado e sua compreensão mediante a iluminação do Espírito Santo.

A “misteriosa sabedoria de Deus” refere-se à cruz de Cristo. Ter acesso a essa sabedoria, que o mundo não conhece, não consiste apenas na fé em seu conteúdo, mas também em sua compreensão. Esta só se atinge mediante a iluminação do Espírito do Senhor.

Essa “sabedoria escondida” (v. 7) expressa o plano de salvação de Deus, centrado na cruz de Cristo. Nela encontra-se o modo pelo qual o Pai, “desde a eternidade”, projetou a salvação gratuita do ser humano, chamando-o (predestinando-o) a participar da glória de Jesus Cristo ressuscitado mediante sua cruz.

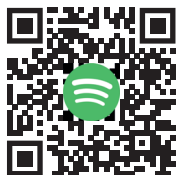
É no amadurecimento da fé que se pode atingir essa sabedoria. Aberto à ação do Espírito Santo, o cristão caminha na compreensão do plano salvífico do Pai. Inseparável da cruz de Cristo, o projeto do Pai é compreendido na participação de vida no amor.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Observar os mandamentos do Senhor, com toda a profundidade com que Jesus os reinterpretou, conduz o cristão ao caminho da salvação. Nossa observância da Palavra normativa de Deus nos possibilita a entrada no Reino de Deus? Nossa justiça é maior do que a dos “escribas e fariseus”?

A comunidade cristã propicia criatividade e generosidade, tal como exigem as normas divinas? Nela há espaço para todos? Promove a reconciliação entre os irmãos e irmãs, para que a liturgia seja comunhão fraterna?

Sou maduro(a) na fé? E minha comunidade? Conheço a vontade do Pai para poder escolher, com liberdade, o bem e a vida? Minha comunidade promove formação para que todos tenham acesso ao conhecimento da Palavra de Deus?



A radicalidade do amor

I. INTRODUÇÃO GERAL

As três leituras do 7º domingo do Tempo Comum nos convidam à santidade. Ser santo significa ser bom e amar gratuitamente, como o Pai!

A primeira leitura nos exorta a amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos. O amor a Deus e o amor ao próximo estão interligados. A prática desses dois tipos de amor leva-nos a imitar Deus: ser santos como Deus é santo!

Na segunda leitura, Paulo sustenta que a comunidade cristã é templo de Deus. E, como templo de Deus, todos os seus membros devem abraçar a sabedoria da cruz. A cruz revela quão gratuito é o amor de Deus! Revela também a força de Deus: a desmedida do seu amor! Sua sabedoria consiste numa vida doada, inteiramente gratuita. A cruz indica qual deve ser a vida do cristão. Quem se deixa conduzir por sua sabedoria possui já, aqui e agora, a vida eterna!

No Evangelho, Jesus reinterpreta o mandamento do amor ao próximo. Sua reinterpretação é revolucionária: amar até mesmo o inimigo. Essa é a única maneira de amar gratuitamente, como o Pai.

Toda a reinterpretação que Jesus faz no capítulo 5 do Evangelho de Mateus, bem como o programa de vida do discípulo, exposto nas bem-aventuranças, culminam no último versículo desse capítulo: “Sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito”. Ser santos (Lv 19,2), ser misericordiosos

como ele (Lc 6,36) e ser perfeitos como o Pai (Mt 5,48) se equivalem! Ser santo, misericordioso e perfeito consiste em amar gratuitamente!

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 5,38-48)

“Amai vossos inimigos” (v. 44). Eis o que há de mais revolucionário em Jesus! Amar os inimigos nada mais é do que a prática do amor gratuito. O Pai nos ama gratuitamente. Assim, amando gratuitamente, imitamos o modo de amar do Pai. Só o amor nos conduz à perfeição!

Somos humanos quando nossa atuação é alicerçada no amor. Somente assim criamos relação, comunhão com o outro. Ao falar de amor, Jesus tem em mente uma relação humana de interesse pelo bem da pessoa. Em outras palavras, amar, na Escritura, significa fazer sempre o bem ao outro. Não se trata, portanto, de um sentimento, o qual, muitas vezes, se perde no abstrato. Amar é sempre concreto. Amar é ato, e não abstração!

a) Rejeição à violência

“Olho por olho, dente por dente. Eu, porém, vos digo...” (v. 38). Jesus se opõe à lei do “talião”. Opõe-se a toda forma de violência. Seu discípulo deve ser aquele que, com a prática do amor, estanca todo tipo de agir violento. A posição de Jesus apresenta-se bastante clara: pagando o mal com a mesma moeda, nunca sairemos dele! Jesus, porém, não quer somente isso. Ele nos pede que não nos limitemos somente ao que nos é pedido e, ainda mais, que amemos até nossos inimigos!

b) Doação sem medida

“Não ofereçais resistência ao malvado! Pelo contrário, se alguém te bater na face direita, oferece também a esquerda” (v. 39). Na dinâmica de refrear a maldade, Jesus

nos convida à atitude da não resistência diante daqueles que nos fazem mal. Como seguidores de Jesus, o amor deve mover nosso coração! Ora, o amor só visa ao bem. Portanto, não deve haver espaço para a maldade nos cristãos.

Jesus nos dá o exemplo: no alto da cruz, ele pede ao Pai perdão para todos os seus inimigos. Se, ao chegarmos ao céu, lá encontrarmos Pôncio Pilatos, Herodes, os sumos sacerdotes que condenaram o Filho de Deus e também os soldados romanos, não estranhemos! Insondável é a misericórdia divina! Inacessível à compreensão humana é o Deus misericordioso!

Os primeiros cristãos também são modelo para nós. Eles não ofereceram resistência quando foram perseguidos e mortos por seguir Jesus. Ao contrário, também perdoaram aos seus perseguidores.

“Se alguém quiser abrir um processo para tomar tua túnica, dá-lhe também o manto” (v. 40). No tempo de Jesus, quando alguém se sentia ofendido, era costume recorrer à justiça para exigir certa paga. Por exemplo, a túnica do ofensor. A postura de Jesus diante desses costumes apresentava-se clara: nada substitui a pessoa humana! Cumpra-nos sempre visar ao bem da pessoa, mesmo que, para isso, devamos abrir mão de nossos pertences. A transparência da postura de Jesus suscita em nós profunda admiração: somente quando a pessoa se sentir amada, somente quando se sentir importante aos olhos do outro, ela abandonará a maldade!

A maldade não é própria do ser humano. É impossível nascermos maus, uma vez que Deus, o bem por excelência, nos criou, fazendo-nos à sua imagem. Não obstante, a maldade pode desenvolver raízes no coração humano.

Não somos inocentes! O mal não é inerente a nós, mas podemos dar-lhe hospedagem! Podemos criar condições para que

ele se alastre entre nós. Nossos inimigos o são por natureza ou nós os produzimos? O terrorismo é o desabrochar de uma maldade inerente ao coração humano ou é sintoma?

“Dá a quem te pedir, e não vires as costas a quem te pede emprestado” (v. 42). Doação e doar-se, eis os frutos de um coração que quer seguir as pegadas de Jesus, que quer fazer a experiência de um Pai misericordioso! Para ser verdadeiramente filhos do Pai de Jesus, não há outra via: ser bom como ele é bom!

c) Amor aos inimigos

“Amai vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem” (v. 44). A lei do Levítico (Lv 19,18) entendia o amor ao próximo como algo aplicável somente aos compatriotas e correligionários: “Não procures vingança nem guardes rancor aos teus compatriotas”. Jesus a aplica universalmente e de modo ilimitado. Para isso, recorre ao modo de agir do Pai misericordioso: “faz nascer seu sol sobre maus e bons e faz cair a chuva sobre justos e injustos” (v. 45). Assim como o Pai, devem ser seus filhos e filhas. Como o Pai ama gratuitamente bons e maus, seus filhos e filhas devem amar até mesmo os inimigos!

A vocação do ser humano consiste em amar. Criados por um Deus amor à sua imagem e semelhança, nós nos realizamos como humanos quando amamos a todos com o amor gratuito de Deus, sem procurar retribuição. Somente aquele que ama gratuitamente, tal como Deus, poderá amar seus inimigos. Quem ama somente aqueles que o amam não ama o outro, mas a si mesmo. Seu amor move-se pelo interesse. O que mais lhe interessa é o próprio eu.

No “amar nossos inimigos”, Jesus nos convida a ir além. Ir além redundaria em pôr nosso amor em movimento. Não basta amar quem nos ama. Para imitar o Pai misericordioso,

compete-nos amar gratuitamente. O amor ao inimigo é a expressão maior da gratuidade do amor. O amor gratuito nos descentraliza, pois nos move a buscar o bem do outro! E nos centraliza em Deus, pois visamos ao bem do outro! Amando gratuitamente, imitaremos o Pai bom.

d) Perfeitos como o Pai

“Sede, portanto, perfeitos, como vosso Pai celeste é perfeito” (v. 48). Imitar o Pai em seu jeito de amar gratuito deve ser a meta de todo cristão. O Sermão da montanha, que abre o capítulo 5 do Evangelho de Mateus, culmina nesse v. 48. O programa do cristão que Jesus apresenta ao longo desse capítulo tem uma meta precisa: seus seguidores devem ser perfeitos como o Pai.

Ser perfeitos como o Pai corresponde ao “sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso” (Lc 6,36). Os judeus seguiam piamente o pedido de Deus presente no livro do Levítico: “Sede santos, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo”. Acreditavam eles que a observância estrita da Lei conferia-lhes a santidade querida por Deus. Por focarem na Lei, imaginavam que qualquer deslize se tornava suficiente para atrair a cólera divina. Esqueciam que o Pai santo é misericordioso. A maioria deles praticava a Lei, mas não a misericórdia!

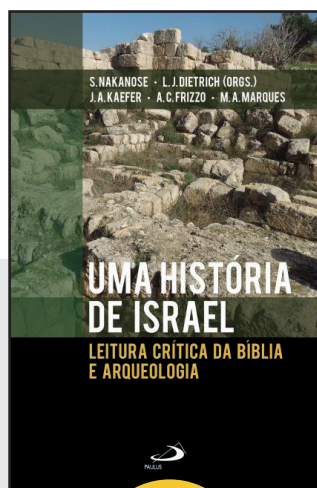
Jesus nos alerta sobre a santidade: ao ser misericordiosos, seremos perfeitos como o Pai! Não há outra via! Os misericordiosos praticam a Palavra normativa do Pai. Os “perfeitos como o Pai”, ou seja, os “misericordiosos”, são bem-aventurados. Os verdadeiros discípulos de Jesus Cristo!

2. I leitura (Lv 19,1-2.17-18)

“Sede santos, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo” (v. 2). A palavra-chave do livro do Levítico (o terceiro livro de Moisés) é a santidade. Porque Deus é santo, Israel deve ser santo também.

Uma história de Israel: leitura crítica da Bíblia e arqueologia

Shigeyuki Nakanose / Luiz José Dietrich / José Ademar Kaefér / Maria Antonia Marques / Antonio Carlos Frizzo / (orgs.)



360 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

A obra é fruto da união entre o rigor da pesquisa acadêmica e o estudo das línguas bíblicas, com pesquisas e viagens de estudos arqueológicos. A história de Israel a partir das descobertas tanto dos estudos críticos da Bíblia como das novas interpretações vindas da arqueologia.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

A santidade de Deus era vista em sua transcendência. Deus, aos olhos de Israel, apresentava-se como o separado por excelência: o absoluto! Assim, a santidade que o povo deveria praticar consistia na pureza do culto e na ordem moral.

Diante da perfeição de Deus, Israel procura prestar-lhe culto do modo mais perfeito possível e servi-lo com a máxima pureza moral, amando seu próximo. O Levítico ensina, portanto, a amar a Deus sobre todas as coisas. Essa prática consiste no verdadeiro culto que se pode prestar a ele. Ensina também que nos cabe expressar, na vida moral, o amor ao próximo como a nós mesmos.

3. II leitura (1Cor 3,16-23)

“Sois templo de Deus e o Espírito de Deus habita em vós” (v. 16). Essa afirmação de Paulo refere-se à comunidade de Corinto, e não a pessoas individuais. Como templo de Deus, a Igreja de Corinto apresenta-se como espaço vivo no qual Deus se faz presente. O Espírito de Deus habita em cada membro da comunidade. Os cristãos, movidos pelo Espírito que faz chamar Deus de Pai, já não pertencem a si mesmos, mas a Deus.

“Se alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá, pois o templo de Deus é santo, e esse templo sois vós” (v. 17). A comunidade dos irmãos é santa. Destruí-la implica a própria destruição. Ora, a comunidade é santa exatamente porque atualiza o amor. Não há comunidade cristã se não há o amor fraterno. Porque vive o amor, a comunidade pertence a Deus. Dela o Pai cuida com carinho!

A reflexão do apóstolo Paulo tem um endereço preciso: os líderes da comunidade de Corinto. Estes se orgulhavam de suas experiências religiosas, da mesma forma que os outros membros da comunidade exaltavam a si mesmos por pertencerem

a este ou aquele líder. Paulo inverte a relação: não são os cristãos de Corinto que pertencem a um ou outro líder, mas são os líderes que pertencem aos membros da comunidade! Os líderes devem estar a serviço dos fiéis. O Espírito Santo realiza na comunidade o plano salvífico de Deus. Seus líderes são apenas instrumentos do projeto do Pai.

“Quem se julga sábio diante do mundo, faça-se louco, para tornar-se sábio” (v. 18). À pretensão dos líderes da comunidade de Corinto de serem sábios aos moldes do mundo, Paulo opõe a sabedoria da cruz. A cruz, considerada loucura para o mundo, aparece em Paulo como a sabedoria mais elevada. Por ela, o cristão ilumina-se e, moldando-se a Cristo, vive o que a cruz revela: o amor gratuito de Deus!

A loucura da cruz leva o cristão a assumir outra lógica de relação com o mundo, com a vida e com Deus, diferente da lógica mundana. Aquele que vive o que a cruz revela pertence a Cristo, “e Cristo é de Deus” (v. 23). De todas as coisas podemos nos servir, desde que sirvamos a Cristo!

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Meu amor por meu irmão reflete o único modo de amar do Pai? Minha comunidade é templo vivo de Deus? Ela se deixa conduzir pelo Espírito do Pai? Meu amor é seletivo ou é inclusivo, como o amor do Pai? Se eu não amar como o Pai, não o amo acima de todas as coisas!

Se a Igreja (povo de Deus) se fecha, se não se põe em saída como o Pai, se não é espaço de misericórdia, ela se autodestrói. A comunidade viva (templo vivo de Deus) só se mantém viva se praticar o amor gratuito.

vp

Os roteiros homiléticos da Quarta-feira de Cinzas e 1º Domingo da Quaresma podem ser acessados no site da revista.



Uma coleção especial para auxiliar o catequista na preparação e na formação de catequistas e catequizandos.



Esta é a edição atualizada e ampliada do material catequético produzido em parceria com a diocese de Joinville! A nova edição conta com nova diagramação e novas ilustrações e apresenta os encontros do tempo da mistagogia, em que a evangelização é solidificada após a primeira comunhão. Além da inspiração catecumenal, o material tem como diferencial a proposta de encontros baseados na leitura orante da Palavra de Deus, que busca proporcionar maior intimidade com Jesus por meio das Sagradas Escrituras.



LITURGIA DIÁRIA DAS HORAS

**Um auxílio para rezar a oração
comunitária oficial da Igreja.**

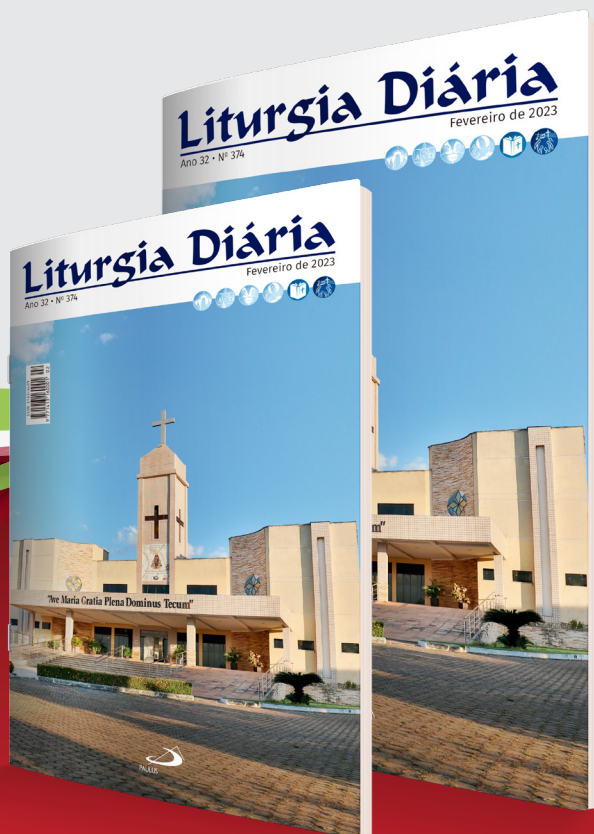
Uma revista mensal que traz os hinos, salmos, cânticos, leituras, preces e orações a serem rezados e meditados nas horas canônicas. A liturgia das horas pode ser rezada de maneira individual ou comunitária, em casa ou nos encontros pastorais e formativos.



LITURGIA DIÁRIA (TRADICIONAL E LETRA GRANDE)

Sua companheira de missas e orações!

A *Liturgia Diária* é uma revista mensal que contém toda a caminhada litúrgica da Igreja. Possui o conteúdo completo de cada missa: leituras bíblicas do dia, preces, santos do dia, orações eucarísticas, pistas para reflexão, cânticos litúrgicos..., além de celebrações especiais e círculos bíblicos.



**Assinantes dos periódicos da PAULUS têm muitos benefícios:
frete incluso e desconto especial em todas as publicações da PAULUS.**

Garanta já a sua assinatura!

paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 0800-0164011
WhatsApp: (11) 99974-1840
assinaturas@paulus.com.br
f i t @editorapaulus



Aponte a
câmera do
seu celular e
fale conosco!

